

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores	4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	5
2.3 - Outras Informações Relevantes	7

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	8
3.2 - Medições Não Contábeis	9
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	11
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	12
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	13
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	14
3.7 - Nível de Endividamento	15
3.8 - Obrigações	16
3.9 - Outras Informações Relevantes	17

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	18
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	22
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	23
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	25
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	26
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	27
4.7 - Outras Contingências Relevantes	29

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	30
5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos	
5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	31
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	32
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	33
5.4 - Programa de Integridade	35
5.5 - Alterações significativas	36
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	37
6. Histórico do Emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	38
6.3 - Breve Histórico	39
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	42
6.6 - Outras Informações Relevantes	43
7. Atividades do Emissor	
7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	44
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	45
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	46
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	47
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	50
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	51
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	52
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	53
7.8 - Políticas Socioambientais	54
7.9 - Outras Informações Relevantes	55
8. Negócios Extraordinários	
8.1 - Negócios Extraordinários	56
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	57

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	58
8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	59
9. Ativos Relevantes	
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	60
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	61
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	62
9.2 - Outras Informações Relevantes	64
10. Comentários Dos Diretores	
10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	65
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	82
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	85
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	89
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	93
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	94
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	96
10.8 - Plano de Negócios	97
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	98
11. Projeções	
11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	99
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	100
12. Assembléia E Administração	
12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	101
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	104
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	107
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	108
12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	109

Índice

12.7/8 - Composição Dos Comitês	112
12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	113
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	114
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	120
12.12 - Outras informações relevantes	121

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	122
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	125
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	129
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	132
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	133
13.6 - Opções em Aberto	134
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	135
13.8 - Precificação Das Ações/opções	136
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	137
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	138
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	139
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	140
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	141
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	142
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	143
13.16 - Outras Informações Relevantes	144

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	145
14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	146

Índice

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	147
14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	148
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	149
15. Controle E Grupo Econômico	
15.1 / 15.2 - Posição Acionária	150
15.3 - Distribuição de Capital	164
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	165
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	168
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	169
15.7 - Principais Operações Societárias	170
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	172
16. Transações Partes Relacionadas	
16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	173
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	174
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	175
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	176
17. Capital Social	
17.1 - Informações Sobre O Capital Social	177
17.2 - Aumentos do Capital Social	178
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	179
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	180
17.5 - Outras Informações Relevantes	181
18. Valores Mobiliários	
18.1 - Direitos Das Ações	182
18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	184

Índice

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	185
18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	186
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	187
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	188
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	189
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	190
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	191
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	192
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	193
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	194
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	197
19. Planos de Recompra/tesouraria	
19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	198
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	199
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	200
20. Política de Negociação	
20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	201
20.2 - Outras Informações Relevantes	202
21. Política de Divulgação	
21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	203
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	204
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	207
21.4 - Outras Informações Relevantes	208

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

ADOLPHO LINDENBERG FILHO

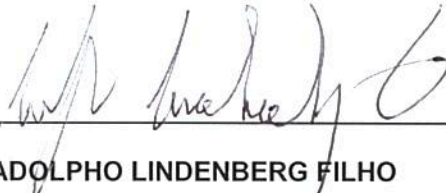
Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO

ADOLPHO LINDENBERG FILHO, brasileiro, engenheiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 4.289.745-2 SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 004.219.258-76, com domicílio comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, 2º andar, Edifício Corporate, Itaim Bibi, CEP 04534-002, na qualidade de Diretor Presidente, e Diretor de Relações com Investidores da Companhia **CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, bloco "C", 2º andar, CEP 04534-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.022.042/0001-18, vem, por meio da presente, **DECLARAR** que: **i)** revisou o Formulário de Referência; **ii)** todas as informações contidas no referido documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e **iii)** o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

São Paulo, 31 de julho de 2020

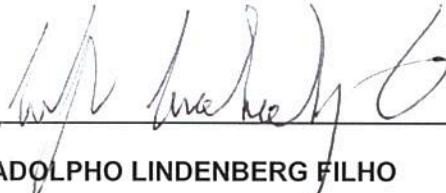


ADOLPHO LINDENBERG FILHO

DECLARAÇÃO

ADOLPHO LINDENBERG FILHO, brasileiro, engenheiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 4.289.745-2 SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 004.219.258-76, com domicílio comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, 2º andar, Edifício Corporate, Itaim Bibi, CEP 04534-002, na qualidade de Diretor Presidente, e Diretor de Relações com Investidores da Companhia **CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, bloco "C", 2º andar, CEP 04534-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.022.042/0001-18, vem, por meio da presente, **DECLARAR** que: **i)** revisou o Formulário de Referência; **ii)** todas as informações contidas no referido documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e **iii)** o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

São Paulo, 31 de julho de 2020

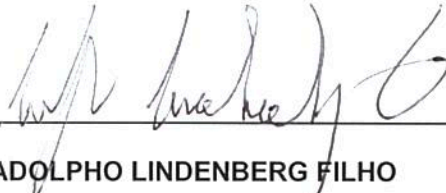


ADOLPHO LINDENBERG FILHO

DECLARAÇÃO

ADOLPHO LINDENBERG FILHO, brasileiro, engenheiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 4.289.745-2 SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 004.219.258-76, com domicílio comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, 2º andar, Edifício Corporate, Itaim Bibi, CEP 04534-002, na qualidade de Diretor Presidente, e Diretor de Relações com Investidores da Companhia **CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, bloco "C", 2º andar, CEP 04534-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.022.042/0001-18, vem, por meio da presente, **DECLARAR** que: **i)** revisou o Formulário de Referência; **ii)** todas as informações contidas no referido documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e **iii)** o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

São Paulo, 31 de julho de 2020



ADOLPHO LINDENBERG FILHO

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11
Data Início	01/01/2013
Descrição do serviço contratado	Auditoria das Demonstrações Financeiras, Revisão Especial das Informações Trimestrais - ITR e Revisão dos Controles Internos e Ambiente de Informática atualmente em utilização.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Referente aos serviços de Auditoria e Revisão das Demonstrações Financeiras os valores pagos foram: 2014 R\$ 96 mil, 2015 R\$ 111 mil e 2016 R\$ 120 mil. Referente ao exercício de 2017 a Companhia fechou a proposta pelo valor de R\$ 126 mil.
Justificativa da substituição	Artigo 31 da Instrução CVM n.º 308, de 14 de maio de 1999, que determina a rotatividade dos auditores independentes a cada período consecutivo de cinco anos.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Ribas Gomes Simões	01/01/2017	166.322.238-00	Rua Henri Dunant, 1383, Morumbi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04709-111, Telefone (011) 51861000, Fax (011) 51818024, e-mail: risimoes@deloitte.com
Tarcisio Luiz dos Santos	01/06/2015	169.202.088-90	Rua Henri Dunant, 1383, Morumbi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04709-111, Telefone (011) 51861000, Fax (011) 51818024, e-mail: tasantos@deloitte.com
Walter Dalsasso	01/01/2013	531.252.408-59	Rua Jose Guerra, 127, Chacara Sto Antonio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04719-030, Telefone (011) 51861000, Fax (011) 51812911, e-mail: wdalsasso@deloitte.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	01/01/2018
Descrição do serviço contratado	Auditoria das Demonstrações Financeiras, Revisão Especial das Informações Trimestrais - ITR e Revisão dos Controles Internos e Ambiente de Informática atualmente em utilização.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Referente aos serviços de Auditoria e Revisão das Demonstrações Financeiras os valores para o exercício de 2018 foram R\$ 110 mil e para o exercício de 2019 R\$116 mil.
Justificativa da substituição	Artigo 31 da Instrução CVM n.º 308, de 14 de maio de 1999, que determina a rotatividade dos auditores independentes a cada período consecutivo de cinco anos.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Marcos Alexandre Silveira Pupo	01/01/2018	197.375.598-00	Av. Presidente Juscelino Kubitschek,, 1909, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (011) 25733000, Fax (011) 25733000, e-mail: marcos.a.pupo@br.ey.com
Uilian Dias Castro de Oliveira	01/06/2018	216.771.088-78	Av. Presidente Juscelino Kubitschek,, 1909, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (011) 25733000, Fax (011) 25733000, e-mail: uilian.castro@br.ey.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

Não Aplicável a companhia.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)
Patrimônio Líquido	1.357.072,00	26.023.490,00	24.217.023,00
Ativo Total	79.872.069,00	45.865.964,00	47.627.293,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	4.590.212,00	7.818.955,00	14.010.881,00
Resultado Bruto	-2.971.979,00	-35.331,00	1.979.502,00
Resultado Líquido	-24.666.417,00	2.499.799,00	4.603.756,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	372.119	372.119	372.119
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	1,000000	1,000000	1,000000
Resultado Básico por Ação	-66,290000	6,720000	12,380000

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2 Medições não contábeis

a) Valor das Medições não contábeis

Receita Operacional Líquida (Em milhares de Reais - R\$)	2017	2018	2019
Receita Operacional Líquida	12.093	6.814	4.078

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas e EBITDA

Segue, abaixo, o cálculo do nosso EBITDA para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016:

EBITDA (Em milhares de Reais - R\$)	2017	2018	2019
Resultado Líquido	4.605	2.500	(24.666)
IR/CSLL	102	16	(18)
Resultado Financeiro	(887)	(489)	(938)
EBITDA	3.820	2.027	(25.622)
Margem EBITDA (%)	31,6%	29,7%	-628,6%

c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA é o resultado líquido antes do Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), acrescido de depreciação, amortização e despesas financeiras líquidas. O EBITDA não é uma medida de acordo com os Princípios Contábeis Brasileiros, US GAAP ou IFRS e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, bem como não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido como indicador do nosso desempenho operacional ou como substituto para o fluxo de caixa como indicador de liquidez.

O EBITDA apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerarem determinados custos decorrentes dos nossos negócios, que poderiam afetar de maneira significativa os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. Nos nossos negócios, o EBITDA é utilizado como medida do nosso desempenho operacional.

Entendemos que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão de sua condição financeira e de seu resultado por possibilitar a análise do nosso resultado operacional, sem os efeitos oriundos de sua estrutura de capital, impactos tributários e demais resultados não operacionais. Esta medição permite ainda uma melhor comparação com os resultados de outras companhias do mesmo setor por nivelar os resultados decorrentes das estratégias financeiras e fiscais de cada companhia.

3.2 - Medições Não Contábeis

Para os fins do disposto neste formulário:

IFRS: Normas internacionais de contabilidade promulgadas pelo International Accounting Standards Committee.

Princípios Contábeis Brasileiros: Práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), inclusive aquelas que aprovam pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), as normas e pronunciamentos editados pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil ("IBRACON") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

US GAAP: Princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.

Item não aplicável para os exercícios findos em 2019, 2018 e 2017. Visto que, não ocorreram eventos subsequentes ao encerramento que alterem as Demonstrações Financeiras substancialmente.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4. Política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais

Segundo Artigos 30º, 31º, 32º, 33º e 34º do Estatuto Social da Companhia, segue abaixo política de destinação dos resultados:

Artigo 30º - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se os houver, e a provisão para o imposto de renda.

Artigo 31º - Do valor obtido na forma do artigo anterior, os administradores da sociedade destacarão, a seu critério, uma qualificação dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, limitada, porém, ao total da remuneração anual desses órgãos ou a 10% (dez por cento) do resultado do exercício, depois de deduzidos os valores mencionados no artigo trigésimo, prevalecendo o limite menor.

Artigo 32º - Do lucro líquido do exercício, que é resultado remanescente depois de deduzidas as participações de que trata o artigo anterior, dele se destacará 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei 6.404/76, até que o seu montante atinja a 20% (vinte por cento) do capital social.

Artigo 33º - Do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, distribuir-se-á, obrigatoriamente, aos acionistas, como dividendos, 25% (vinte e cinco por cento) do mesmo, ressalvando o direito das ações preferenciais, conforme consta do artigo 5o., parágrafo terceiro, letra "a".

Artigo 34º - O saldo remanescente do lucro do exercício será destinado à conta de reserva estatutária, para a seguinte finalidade: aumento de capital, distribuição de dividendos futuros e aquisição de ações da Companhia, conforme estabelece o art. oitavo, item "j" - Parágrafo Primeiro - Todo o saldo remanescente do lucro líquido será destinado para a constituição da reserva estatutária. Parágrafo Segundo - O limite máximo da reserva será de 20% (vinte por cento) do Capital Social.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017
Lucro líquido ajustado	-24.666.417,82	2.374.809,26	4.373.568,48
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	29,195288	25,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,000000	9,610000	19,010000
Dividendo distribuído total	0,00	693.332,40	1.093.392,12
Lucro líquido retido	0,00	1.681.476,86	3.280.176,36
Data da aprovação da retenção		24/04/2019	23/04/2018

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
		0,00				
Dividendo Obrigatório						
Preferencial			693.332,40	30/06/2019	728.927,10	30/05/2018
Ordinária					364.465,02	30/05/2018

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6 Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Não aplicável, uma vez que a Companhia não distribuiu dividendos declarados à conta de lucros retidos ou reservas constituídas nos últimos 03 exercícios sociais.

3.7 - Nível de Endividamento

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

3.8 - Obrigações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9 Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4. FATORES DE RISCO

4.1. Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

- a. ao emissor
- b. a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle
- c. a seus acionistas
- d. a suas controladas e coligadas
- e. a seus fornecedores
- f. a seus clientes
- g. aos setores da economia nos quais o emissor atue
- h. à regulação dos setores em que o emissor atue
- i. aos países estrangeiros onde o emissor atue
- j. a questões socioambientais

A capacidade da Companhia de programar a estratégia de negócios poderá ser prejudicada de modo relevante por vários fatores, tanto conhecidos como desconhecidos, gerando efeito adverso no seu resultado.

No momento a Companhia está assimilando os impactos da pandemia de COVID-19, sendo impossível estimar neste momento o resultado desta em suas operações. A Companhia reitera que, a saúde e a segurança de seus empregados e das pessoas das comunidades em que está inserida, são sua prioridade e destaca que está trabalhando, para enfrentar o surto pandêmico da melhor maneira possível.

O planejamento da Companhia para ampliar seus negócios por meio de prospecção de novas obras através de uma expansão seletiva dos empreendimentos que pretende construir é cauteloso. Essa premissa essencial para as perspectivas de sucesso está condicionada a significativas incertezas, contingências e riscos no âmbito econômico, concorrencial, e operacional.

É possível que uma ou mais premissas da estratégia de negócios da Companhia se revelem incorretas, assim como o enfrentamento de fatos e circunstâncias imprevisíveis. Quaisquer dos fatores enumerados abaixo poderão prejudicar de modo relevante a capacidade da Companhia de implementar sua estratégia:

- incapacidade de prever e nos adequar a novas tendências do setor de construção civil
- estimativas imprecisas sobre o custo e o prazo de construção das benfeitorias necessárias para implementação dos projetos, fazendo com que estes deixem de ser lucrativos;
- aumento da concorrência no setor de construção civil;

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- aumento dos custos operacionais, inclusive prêmios de seguro e tributos imobiliários que afetem nossas margens de lucro;
- a conjuntura econômica, política e de negócios no Brasil e especificamente nas áreas geográficas em que prestaremos nossos serviços;
- inflação, flutuação do câmbio e flutuação das taxas de juros;
- novas leis e regulamentos;

Adiciona-se os riscos verificados ou esperados pela pandemia da COVID-19:

- interrupções na cadeia de suprimentos e no volume de estoques;
- fechamento de *stand* de vendas e escritório;
- redução da produtividade em razão de funcionários em quarentena, trabalhando remotamente e medidas restritivas nos canteiros de obras;
- desaceleração econômica, com conseqüente redução de consumo;
- maior volatilidade no mercado de capitais global ou nacional (o que pode afetar, além do preço de matérias-primas e outros insumos, a cotação das ações da Companhia e a segurança do consumidores alvo da Companhia).

A Companhia, por meio de suas coligadas, possui um número significativo de empregados próprios, porém, cerca de 90% da mão de obra contratada é composta por trabalhadores terceirizados. A utilização de mão de obra terceirizada por parte da Companhia, especialmente no que diz respeito à contratação de empreiteiras e subempreiteiras, pode implicar na assunção de contingências de natureza trabalhista e previdenciária. A assunção de tais contingências é inerente à contratação de terceiros, uma vez que é atribuída às tomadoras de serviços de terceiros, a responsabilidade subsidiária pelos débitos trabalhistas e previdenciários dos empregados das empresas prestadoras de serviços, quando estas deixarem de cumpri-las. A ocorrência de eventuais contingências é de difícil previsão e quantificação, e se vierem a se consumir poderão afetar adversamente a situação financeira e os resultados da Companhia.

Desse modo, o prazo e a qualidade dos empreendimentos dos quais a Companhia participa dependem certas vezes de fatores que estão fora do seu controle, incluindo, exemplificativamente, a escassez de insumos e materiais de construção para obras e a falta de mão de obra capacitada. Eventuais falhas, atrasos ou defeitos na prestação dos serviços contratados pela Companhia podem acarretar um efeito negativo em sua imagem e no seu relacionamento com os clientes, podendo impactar negativamente os negócios e as operações da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

As atividades da Companhia podem ser significativamente influenciadas por mudanças nas condições econômicas gerais e locais, que poderão causar efeitos adversos, tais como:

- níveis de emprego;
- crescimento populacional;
- confiança do consumidor e estabilidade dos níveis de renda;
- disponibilidade e condições de financiamento das compras de consumidores;
- períodos de recessão e desaquecimento da economia brasileira;
- mudanças regulatórias, inclusive nas leis de zoneamento e regulamentos ambientais.

Tendo em vista que o setor imobiliário é um setor incentivado por políticas públicas, a majoração da carga tributária incidente sobre o setor poderá causar-lhe um impacto negativo relevante.

Aumentos no preço das matérias-primas básicas utilizadas pela Companhia na construção de empreendimentos imobiliários (incluem concreto, blocos de concreto, aço, tijolos, janelas, portas, telhas e tubulações, entre outros) decorrentes de escassez, impostos, restrições ou flutuações de taxas de câmbio, podem aumentar o custo de empreendimentos e afetar adversamente os negócios da Companhia.

A manutenção de talentos, e especialmente de nossos Administradores, é uma tarefa essencial para o sucesso dos negócios. A capacidade da Companhia de manter sua posição competitiva depende em grande parte da sua equipe de trabalho. Não há contratos de trabalho de longo prazo ou pactos de não concorrência com os funcionários ou colaboradores; não há como garantir o sucesso em atrair e manter pessoal qualificado para integrar os quadros da Companhia; não podemos garantir que as políticas de remuneração e benefícios da Companhia são suficientes para reter os seus profissionais. A perda de profissionais qualificados e dos Administradores poderá gerar um efeito adverso para a Companhia.

De acordo com o estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"), ela pagará aos acionistas 25% do seu lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta, suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição seria incompatível com a situação financeira da Companhia. Caso qualquer destes eventos ocorra, os proprietários de nossas ações podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia mantém contratados seguros de obra dentro das práticas usuais de mercado. Por outro lado não há como garantir que o valor de seguro mantido será suficiente para a proteção de perdas relevantes. Há, inclusive, determinados tipos de perdas que não são cobertas pelas apólices de seguro, tais como atos de terrorismo, guerras e revoluções civis. Se qualquer dos eventos não cobertos nos termos dos contratos de seguro vier a ocorrer, o investimento pode ser adversamente afetado, obrigando a Companhia a incorrer em custos adicionais resultando em prejuízos operacionais.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. Há monitoramento constantemente do cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades da Companhia, através de acompanhamento dos principais indicadores de performance. A Companhia possui elevado grau de controle sob seus fornecedores visando evitar qualquer tipo de efeito adverso em suas atividades. Atualmente, a Companhia identifica um aumento dos fatores de riscos relacionados no item 4.1 frente a pandemia da COVID-19.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3. DESCREVER OS PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS OU ARBITRAIS EM QUE O EMISSOR OU SUAS CONTROLADAS SEJAM PARTE, DISCRIMINANDO ENTRE TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E OUTROS: (I) QUE NÃO ESTEJAM SOB SIGILO, E (II) QUE SEJAM RELEVANTES PARA OS NEGÓCIOS DO EMISSOR OU DE SUAS CONTROLADAS, INDICANDO:

- a. juízo
- b. instância
- c. data de instauração
- d. partes no processo
- e. valores, bens ou direitos envolvidos
- f. principais fatos
- g. se a chance de perda é:
 - i. provável
 - ii. possível
 - iii. remota
- h. análise do impacto em caso de perda do processo

Processo n. 00019887320135020049 (Ação Civil Pública)	
a. Juízo	Trabalhista - 49ªVT/São Paulo
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	30/07/2013
d. Partes no processo	Ministério Público do Trabalho x Adolpho Lindenberg Construtora LTDA
e. Valor, bens ou direitos envolvidos	R\$100.000.000
f. Principais Fatos	Audiência reagendada para 13.02.2015. Audiência de julgamento designada para 08.06.2015. Sentença de 25.09.2015 procedente condenando a empresa ao pagamento de indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 500.000,00. Interposto recurso ordinário pela Lindenberg em dezembro/2015 julgado em 13/12/2016, cujo Acórdão aumentou o valor da multa a título de dano moral para R\$5.000.000,00 e multas cominatória diária de R\$50.000,00 para o descumprimento de obrigações de segurança do trabalho. A Companhia apresentou Recurso de

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	<p>Revista protocolado em 30/03/2017. O processo foi suspenso em 18 de maio de 2017 para tratativas de negociações entre as Partes, que chegaram a um acordo em 13 de dezembro de 2017. Nos termos da cláusula segunda do referido acordo celebrado com o Ministério Público do Trabalho, a Companhia se comprometeu a pagar R\$2.000.000 em 4 parcelas anuais no valor de R\$500.000 sendo a primeira parcela com vencimento 15 dias após a homologação judicial do acordo, o que ocorreu em 11 de abril de 2018. Pagamento da primeira parcela efetuado em 25 de abril de 2018. A Companhia adiantou o pagamento das 3 últimas parcelas do acordo em 14 de janeiro de 2019 a fim de extingui-lo. Processo arquivado em 11/10/2019.</p>
g. Probabilidade de perda	acordo
h. Análise de impactos em caso de perda do processo	O impacto imediato é financeiro com o enfraquecimento do caixa da Companhia. A longo prazo, a imputação de altas multas encareceria o custo da Construção da Companhia.

4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3

A Companhia firmou a acordo se comprometendo a pagar R\$2.000.000 em 4 parcelas anuais no valor de R\$500.000 sendo a primeira parcela com vencimento 15 dias após a homologação judicial do acordo, o que ocorreu em 11 de abril de 2018. Pagamento da primeira parcela efetuado em 25 de abril de 2018. A Companhia adiantou o pagamento das 3 últimas parcelas do acordo em 14 de janeiro de 2019 a fim de extingui-lo. Processo arquivado em 11/10/2019.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas, informando:

- a. juízo
- b. instância
- c. data de instauração
- d. partes no processo
- e. valores, bens ou direitos envolvidos
- f. principais fatos
- g. se a chance de perda é:
 - i. provável
 - ii. possível
 - iii. remota
- h. análise do impacto em caso de perda do processo

4.4.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

A Companhia não possui processo judicial não sigiloso, em que ela ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos.

A Companhia e as suas controladas não são partes em processos judiciais e administrativos oriundos do curso normal de seus negócios que sejam sigilosos e relevantes.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros, e indicando

a) valores envolvidos

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas ficam expostas a certas contingências e riscos. A provisão é estabelecida por valores atualizados, para processos trabalhistas, cíveis e tributários em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia, para os casos em que a perda é considerada provável.

Segue provisões relacionadas a processos remotos, possíveis e prováveis para a causas trabalhistas, cíveis e tributárias;

Provisão para Contingências – Em 31 de março de 2020

Causa	Trabalhistas	Tributárias	Cível	Total
Remota	355.402	1.575.725	319.060	2.250.187
Possível	5.165.824	214.290	6.867.944	12.248.058
Provável	9.984.066	577.501	5.952.901	16.514.468
Total	15.505.292	2.367.516	13.139.905	31.012.713

Provisão para Contingências – Em 31 de março de 2019

Causa	Trabalhistas	Tributárias	Cível	Total
Remota	719.826	152.089	245.814	1.117.729
Possível	16.444.201	419.020	5.135.359	21.998.580
Provável	5.412.221	317.096	5.994.523	11.723.840
Total	22.576.248	888.205	11.375.696	34.840.149

Provisão para Contingências – Em 31 de dezembro de 2018

Causa	Trabalhistas	Tributárias	Cível	Total
Remota	57.991	293.930	402.552	754.473
Possível	23.891.424	224.131	4.511.939	28.627.494
Provável	5.161.002	295.285	5.440.984	10.897.271
Total	29.110.417	813.346	10.355.475	40.279.238

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

b) prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência

A principal causa dos processos trabalhistas é a responsabilidade subsidiária que a lei impõe às Construtoras na qualidade de tomadora de serviços. Em relação aos processos cíveis em sua maioria são movidos por clientes, condomínios e vizinhos de obras administradas ou construídas pela emissora, sendo a causa principal a manutenção da construção durante o período legal de garantia.

4.6.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6

Apresentamos abaixo os seguintes valores relativos a processos classificados pelos consultores jurídicos como perdas prováveis, os quais possuem provisão reconhecida contabilmente:

Provisão para Contingências – Em 31 de março de 2020

Causa	Trabalhistas	Tributárias	Cível	Total
Remota	355.402	1.575.725	319.060	2.250.187
Possível	5.165.824	214.290	6.867.944	12.248.058
Provável	9.984.066	577.501	5.952.901	16.514.468
Total	15.505.292	2.367.516	13.139.905	31.012.713

Provisão para Contingências – Em 31 de março de 2019

Causa	Trabalhistas	Tributárias	Cível	Total
Remota	719.826	152.089	245.814	1.117.729
Possível	16.444.201	419.020	5.135.359	21.998.580
Provável	5.412.221	317.096	5.994.523	11.723.840
Total	22.576.248	888.205	11.375.696	34.840.149

Provisão para Contingências – Em 31 de dezembro de 2018

Causa	Trabalhistas	Tributárias	Cível	Total
Remota	57.991	293.930	402.552	754.473
Possível	23.891.424	224.131	4.511.939	28.627.494
Provável	5.161.002	295.285	5.440.984	10.897.271
Total	29.110.417	813.346	10.355.475	40.279.238

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7 Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Não se aplica.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8. Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificar:

- a. restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos**
- b. restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários**
- c. hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação**
- d. hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável**
- e. outras questões do interesse dos investidores**

Não aplicável à Companhia uma vez que essa não emite valores mobiliários no exterior.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1 - POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos pois entende que é desnecessária frente aos esforços periódicos de uma estrutura organizacional multidisciplinar formada pela diretoria financeira, controladoria e jurídico, que analisa os riscos para informar ao Conselho de Administração, que por sua vez avalia as ações praticadas. É um trabalho constante, da qual a diretoria também utiliza como estratégia de proteção patrimonial, e adequação das operações da Companhia.

b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo: i. Os riscos para os quais se busca proteção ii. Os instrumentos utilizados para proteção iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Não se aplica, eis que a emissora não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos.

c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não se aplica, eis que a emissora não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2 - POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS DE MERCADO

a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, pois entende que é desnecessária frente aos esforços periódicos de uma estrutura organizacional multidisciplinar formada pela diretoria financeira, controladoria e jurídico, que analisa os riscos para informar ao Conselho de Administração, que por sua vez avalia as ações praticadas. É um trabalho constante, da qual a diretoria também utiliza como estratégia de proteção patrimonial, e adequação das operações da Companhia.

b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado i. Riscos para os quais se busca proteção; ii. Estratégia de proteção patrimonial (hedge); iii. Instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge); iv. Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos; v. Instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge); vi. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Não se aplica, eis que a emissora não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado.

c) Adequação da estrutura operacional de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não se aplica, eis que a emissora não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3 - DESCRIÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

a. Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las;

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados é satisfatório na prática de elaboração de suas demonstrações financeiras, assegurando eficiência e precisão. A Companhia usa o sistema Mega, programa ERP que permite uma gestão eficiente de todas as atividades da empresa com foco no desempenho equilibrado e nos processos corporativos.

Adicionalmente a Companhia adota como prática a elaboração dos processos críticos a fim de formalizar as principais atividades que envolvem os departamentos administrativos e operacionais. A formalização é realizada através de elaboração de fluxograma, descrição analítica dos processos e treinamentos internos. Este processo visa garantir a eficiência nas operações realizadas pela Companhia a fim de mitigar e corrigir possíveis imperfeições.

Anualmente nossos auditores externos realizam testes substantivos a fim de se certificar de que nossos controles internos estão aderentes e de acordo com os padrões de eficiência necessários para assegurar que as informações contidas em nossas demonstrações financeiras atendem os padrões de controles internos e esta de acordo com a legislação vigente.

Descrevemos abaixo as deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia, conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019, 2018 e de 2017, foi efetuado com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação, efetuado na extensão e com os objetivos antes mencionados, foram feitas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos. Na avaliação da Administração, nenhuma das sugestões feitas pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

b. Estruturas organizacionais envolvidas

Todos os departamentos da Companhia.

c. Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os controles internos são revisados pela área de Qualidade e sempre que é identificada alguma inconsistência ou melhoria é submetido a atualização pela área responsável. Gerente de Qualidade / Diretoria

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Descrevemos abaixo as deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia, conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019, 2018 e de 2017, foi efetuado com o objetivo de determinar a natureza,

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação, efetuado na extensão e com os objetivos antes mencionados, foram feitas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos. Na avaliação da Administração, nenhuma das sugestões feitas pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Na avaliação da Administração, nenhuma das sugestões feitas pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

5.4 - Programa de Integridade

5.4 - PROGRAMA DE INTEGRIDADE

- a. **Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

A Companhia está elaborando um programa de *Compliance* que abrangerá esses pontos.

- b. **Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

Não se aplica.

- c. **Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas.**

Sim, a companhia realiza auditoria legal, geralmente por escritório externo.

- d. **Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.**

A Companhia está elaborando um programa de *Compliance* que abrangerá esses pontos.

5.5 - Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

Não houve alterações significativas dos principais riscos em que a Companhia está exposta.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 - Outras informações relevantes - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não existem outras informações relevantes sobre este item.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	25/10/1966
Forma de Constituição do Emissor	SOCIEDADE ANÔNIMA
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	20/07/1977

6.3 - Breve Histórico

6.3 Breve Histórico

Com mais de 60 anos de atuação, a Construtora Adolpho Lindenberg entregou cerca de 500 empreendimentos em todo território nacional.

O *status* de verdadeira grife do mercado imobiliário do qual a marca hoje desfruta tem origem em uma rara e obstinada combinação de apuro estético, boas soluções arquitetônicas, excelência no processo construtivo, inovação e um relacionamento próximo e duradouro com seus clientes. A qualidade e durabilidade de seus empreendimentos e a reputação de sua marca, única, desejada e respeitada, também transformaram os produtos Lindenberg em um excelente investimento.

Em 2004 a empresa passou a atuar em estreita parceria com a Lindencorp, incorporadora que empresta aos seus empreendimentos de alto padrão os valores da grife Lindenberg. Frente à realidade cada vez mais competitiva do mercado imobiliário nacional, a soma de diferenciais como solidez, lastro, capacidade de inovação, qualidade e um reconhecido padrão de excelência fazem desse encontro uma oportunidade de diferenciação genuína.

Em abril de 2008, esta já muito bem sucedida parceria é finalmente formalizada com a aquisição do controle acionário da construtora por parte da LDI, holding controladora da Lindencorp, entre outras empresas.

Desde a aquisição acima mencionada, a LDI Desenvolvimento Imobiliário S/A começou um processo de reestruturação da companhia, para redução dos prejuízos acumulados e a busca por resultados positivos. Parte importante desta reestruturação foi o aumento de capital da companhia proposto em 20 de setembro de 2010 em Assembleia Geral Extraordinária, e homologado em 01 de Agosto de 2011 pelo Conselho de Administração.

Essa operação aumentou em R\$ 30.000 milhões o capital social da companhia mediante a emissão de 101.040 (cento e uma mil e quarenta) ações ordinárias e 202.079 (duzentas e duas mil e setenta e nove) ações preferenciais, sem valor nominal, com os mesmos direitos e obrigações das ações ordinárias e preferenciais existentes.

A Companhia persistiu no processo de ajustes das suas contas para reversão do patrimônio líquido negativo, sendo outra etapa importante a redução de capital aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de abril de 2012. Nesta oportunidade os acionistas votaram a proposta de redução no valor de R\$ 37.852.195,79 (trinta e sete milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, cento e noventa e cinco reais e setenta e nove centavos) passando o capital social de R\$ 38.968.552,79 (trinta e oito milhões, novecentos e sessenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e setenta e nove

6.3 - Breve Histórico

centavos) para R\$ 1.116.357,00 (um milhão, cento e dezesseis mil, trezentos e cinquenta e sete reais). O valor da redução de capital foi integralmente destinado para a absorção dos prejuízos acumulados apresentados no balanço patrimonial da Companhia datado de 31 de dezembro de 2011.

Todos esses esforços resultaram na reversão do patrimônio líquido negativo da Companhia no terceiro trimestre de 2013.

Devido aos ótimos resultados obtidos durante o exercício de 2013, a Companhia realizou a destinação de parte deste para aumento do Capital Social passando de R\$ 1.116.357,00 (um milhão, cento e dezesseis mil, trezentos e cinquenta e sete reais) para R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), e ainda aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$ 2.899.538,50 (dois milhões, oitocentos e e noventa e nove mil e quinhentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos), devidamente aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizado em 30 de abril de 2014.

Em decorrência dos ótimos resultados obtidos durante o exercício de 2014, a Companhia realizou novamente a destinação de parte do resultado para aumento do Capital Social passando de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) para R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), e ainda aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$ 1.980.952,42 (um milhão, novecentos e oitenta mil, novecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e dois centavos), devidamente aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizado em 31 de março de 2015.

O resultado do exercício de 2015 foi positivo, tendo a Companhia distribuído dividendos no valor total de R\$3.464.244,64 (três milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, duzentos e quarenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) e aumentado o capital social em R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), sem a emissão de novas ações, totalizando R\$16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais), dividido em 124.040 (cento e vinte e quatro mil e quarenta) ações ordinárias e 248.079 (duzentas e quarenta e oito mil e setenta e nove) ações preferenciais, sem valor nominal conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizado em 22 de março de 2016.

O resultado do exercício de 2016 foi positivo, embora tenha representado uma queda expressiva se comparado com o último exercício. A Companhia distribuiu dividendos no valor total de R\$998.972,00 (novecentos e noventa e oito mil e novecentos e setenta e dois reais) conforme aprovação em Assembleia Geral Ordinária realizado em 22 de março de 2017.

O resultado do exercício de 2017 foi positivo. A Companhia distribuiu dividendos no valor total de R\$1.093.392,12 (um milhão, noventa e três mil, trezentos e noventa e dois e reais e doze centavos) aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizado em 23 de abril de 2018.

6.3 - Breve Histórico

O resultado de 2018, embora menor, permitiu a distribuição de dividendos no valor total de R\$693.332,40 (seiscentos e noventa e três mil, trezentos e trinta e dois e reais e quarenta centavos) distribuídos para os titulares de ações preferenciais como dividendo mínimo, nos termos do Artigo 5º, §3º, alínea (a) do Estatuto Social da Companhia.

Em abril de 2019 a então acionista controladora da Companhia LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A. transferiu a totalidade da sua participação para a Lindenberg Investimentos Ltda., que passou a deter 116.996 ações ordinárias e 202.862 ações preferenciais, representativas de 85,96% do capital social da Companhia. O controle indireto não mudou pois permanece com os Srs. Adolpho Lindenberg Filho e Flávio Haddad Buazar.

No exercício de 2019 a Companhia apurou um prejuízo no montante de R\$24.666.417,82 que foi destinado à absorção de prejuízos acumulados em Assembleia Geral Ordinária de 24 de abril de 2020, em conformidade com o artigo 187 da Lei das S.A.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5 Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos

Não houve pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial nos últimos 3 anos.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não se aplica.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

Objeto Social

O objeto social da Companhia e suas controladas, conforme definido em nosso Estatuto Social, é (i) venda e compra de imóveis; (ii) locação; (iii) desmembramento ou loteamento de terrenos; (iv) incorporação imobiliária; (v) construção de imóveis destinados a venda; (iv) Adicionalmente, tem como objetivo a participação no capital social em outras sociedades, como sócia, cotista ou acionista.

Atividade do emissor e suas controladas

O escopo de atuação da Companhia compreende a prestação de serviço de construção e gerenciamento de construção de imóveis comerciais e residenciais, sendo eles próprios ou de terceiros.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1 a) Informações de Sociedade de Economia Mista

Item não aplicável a Companhia.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

a) Produtos e serviços comercializados

As receitas da Companhia advêm principalmente da prestação de serviços de construção e gestão de construção civil.

b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Receita Bruta Consolidada (R\$ mil)	2019		2018		2017	
		% Receita Líquida		% Receita Líquida		% Receita Líquida
Prestação de Serviços - Construção	4.486	110,09%	7.403	108,64%	12.724	105,22%
Assistência Técnica	11	0,27%	402	5,90%	914	7,56%
Vendas de imóveis	93	2,28%	15	0,22%	373	3,08%
Total	4.590	112,64%	7.820	114,76%	14.011	115,86%
Impostos sobre vendas e serviços	(515)	-12,64%	(1.006)	-14,76%	(1.918)	-15,86%
Receita Líquida	4.075	100,00%	6.814	100,00%	12.093	100,00%

As deduções sobre a receita bruta incluem o total dos impostos incidentes sobre as receitas de serviços e venda de imóveis. Por este motivo, a composição do percentual das receitas da Companhia por segmento econômico em relação à receita líquida apresenta valor superior a cem por cento, quando somadas.

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

A Companhia não divulga seu lucro líquido por segmento econômico.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:

Produção / Comercialização / Mercados

a. Características do processo de produção

Atuando no setor de construção desde 1958, a A Construtora Adolpho Lindenberg possui mais de 500 empreendimentos construídos e em construção. A Companhia não possui equipamentos próprios de construção pesada, apenas dispendo de uma força de trabalho adequada para a construção. Com uma equipe própria de profissionais a Construtora Adolpho Lindenberg atua gerenciando a construção dos empreendimentos, enquanto subempreiteiras executam a obra. Substancialmente todas as obras são executadas por administração com custo alvo. O mercado de subempreiteiras é altamente fragmentado, com a entrada constante de novos participantes. Outrossim, a Companhia mantém um cadastro geral de fornecedores previamente homologados pela área de qualidade e suprimentos. A escolha destas subempreiteiras ocorre com base em uma combinação de qualificações, reputação, confiabilidade técnica e preço. Cada subempreiteira deve ainda assegurar à Companhia de que cumpre com a legislação trabalhista e previdenciária antes de receber o pagamento.

A equipe própria da Companhia que efetua gestão e fiscalização da obra permanece em tempo integral na obra, formada por engenheiros, mestres, técnicos de edificação, técnicos de segurança e encarregados especializados por tipo de serviço e/ou etapa construtiva, além de pessoal administrativo. Dessa forma, garante-se o controle total do andamento físico e financeiro da obra, qualidade dos serviços (inclusive executados por subempreiteiros), cumprimento das normas de segurança, a entrega das unidades vendidas no prazo e administração dos materiais, ferramentas e equipamentos utilizados. Salienta-se ainda que todos os serviços executados por subempreiteiros seguem os projetos desenvolvidos pela construtora e os padrões determinados pela área de qualidade.

A Companhia conta com know-how e capacitação significativos e distintos na produção de edifícios residenciais e comerciais. Nas principais fases das obras, como o levantamento da estrutura de concreto, emprega-se técnicas de construção padronizadas destinadas a racionalizar a produção, maximizar a produtividade e controle de qualidade, minimizar o desperdício de materiais e o tempo ocioso de trabalhadores. A Construtora Adolpho Lindenberg dá grande importância ao controle de qualidade e, para tanto, além dos controles internos, utiliza-se de empresas terceirizadas para auditar os procedimentos de execução das obras, qualidade dos produtos e serviços.

A Construtora Adolpho Lindenberg utiliza processos de construção padronizados, fazendo uso dos mais modernos recursos disponíveis no mercado. A equipe de engenharia é altamente qualificada e, além da experiência técnica, tem habilidade para gerenciar as condições sociais, econômicas e ambientais de cada região em que atua. Os edifícios são construídos segundo rigorosos padrões de segurança e qualidade e as unidades são equipadas com acessórios e materiais modernos, de alta qualidade e de fabricantes de renome. As áreas comuns geralmente incluem jardins, além de áreas de lazer, tais como piscinas, inclusive aquecidas, quadras de esportes, áreas de fitness, salões de recreação e playgrounds.

b. Características do processo de distribuição

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A Companhia possui uma equipe própria de prospecção e desenvolvimento que avalia as necessidades de crescimento e busca novos negócios através de parcerias com incorporadores e processos de licitações.

c. Características dos mercados de atuação

i. Participação em cada um dos mercados

A Companhia tem como foco o desenvolvimento de empreendimentos residenciais e comerciais na Capital e Região Metropolitana de São Paulo, Baixada Santista e interior do Estado de São Paulo.

ii. Condições de competição nos mercados

Os principais fatores competitivos no ramo de incorporações imobiliárias incluem disponibilidade e localização de terrenos, preços, financiamento, projetos, qualidade, reputação e Parcerias com incorporadores.

d. Eventual sazonalidade

Embora o mercado imobiliário em geral costume desacelerar durante alguns meses do ano (janeiro, fevereiro e julho de cada ano) em função de férias, que acabam influenciando em decisões de investimento, as atividades da Companhia não são afetadas de forma relevante pela sazonalidade.

e. Principais insumos e matérias primas

i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia mantém relacionamento de longo prazo com seus fornecedores. Periodicamente, os fornecedores são avaliados e, conforme o caso, trabalha-se em conjunto na tentativa de resolver eventuais problemas ou substitui-se o fornecedor. Não é prática da Companhia celebrar acordos de exclusividade com fornecedores, sendo que para cada empreendimento é contratado o fornecedor mais adequado, com base nos preços, qualidade e condições de entrega dos produtos.

Além disso, o Departamento de Suprimentos da Companhia realiza um trabalho DE programação da aquisição de insumos, de forma a evitar atrasos nas obras por falta de material, além de permitir ganhos de volume com a negociação simultânea de insumos de obras diferentes. Não são mantidos estoques de materiais de construção.

ii. Eventual dependência de poucos fornecedores

Não há dependência em relação a qualquer fornecedor uma vez que a Companhia atua com uma vasta lista de fornecedores previamente cadastrados e homologados.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

iii. Eventual volatilidade em seus preços

Ao indexar os recebíveis dos clientes de obras não concluídas ao INCC, a Companhia se protege de eventuais volatilidades nos preços dos insumos.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

a. montante total de receitas provenientes do cliente

Descrição Receita Bruta por Cliente	2019	%	2018	%	2017	%
LPI	1.757	38,28%	2.244	28,75%	7.814	57,29%
EZTEC	201	4,38%	-	0,00%	5.825	42,71%
Novo Portal	47	1,02%	1.774	22,73%	-	0,00%
INKOA	47	1,02%	1.592	20,40%	-	0,00%
Grupo Lar	2.505	54,58%	2.121	27,18%	-	0,00%
Outros	33	0,72%	73	0,94%	-	0,00%
Total	4.590	100,00%	7.804	100,00%	13.638	100,00%

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Em 2019, os principais clientes da companhia são empresas coligadas e/ou controladas principalmente pelo Grupo Lar Participações Ltda., Lindencorp Participações e Incorporação Ltda, EZTEC Empreendimentos e Participações S.A., Inkorporadora Empreendimentos e Participações Ltda. e Novo Portal Empreendimentos e Participações Ltda.

Em 2018, os principais clientes da companhia são empresas coligadas e/ou controladas principalmente pelo Grupo Lar Participações Ltda., Lindencorp Participações e Incorporação Ltda, Inkorporadora Empreendimentos e Participações Ltda. e Novo Portal Empreendimentos e Participações Ltda.

Em 2017, os principais clientes da companhia são empresas coligadas e/ou controladas principalmente pela Lindencorp Participações e Incorporação Ltda e EZ TEC Empreendimentos e Participações S.A.

Estas receitas advêm, principalmente, da prestação de serviços da administração de construção para diversas SPE's que estão alocados os diversos empreendimentos.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5 Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Por se tratar de uma Companhia com seu principal foco na atividade de prestação de serviços de construção e gerenciamento de construção, a regulação estatal se dá através do órgão de fiscalização CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo) e CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil), sendo as demais aprovações de responsabilidade dos proprietários e do incorporador.

b. Política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se foro caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais relativos à proteção do meio ambiente. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A companhia tem o registro junto ao INPI da marca “Construtora Adolpho Lindenberg S/A” na classe de construção de imóveis, serviços de projetos arquitetônicos e de engenharia e construção civil. Entendemos que a marca tem um valor agregado muito importante e que resulta na obtenção de novos negócios e oportunidades.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

Não existem receitas na Companhia provenientes de outros países que não o Brasil.

- a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor
- b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor
- c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor

Não aplicável à Companhia

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8. Em relação a políticas socioambientais, indicar:

a. se o emissor divulga informações sociais e ambientais

b. a metodologia seguida na elaboração dessas informações

c. se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

d. a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

Em 2011 a Companhia implantou o Departamento de Processo, Tecnologia e Qualidade ("PROTEQ"), cujas responsabilidades principais abrangem:

- Manter e aprimorar o sistema de gestão da qualidade da Companhia;
- Aprimoramento e manutenção dos seus procedimentos técnicos e processos;
- Implementar ações de capacitação para a equipe técnica;
- Definir, coletar e efetuar a análise dos indicadores de desempenho técnico e de gestão dos empreendimentos; prospectar, qualificar e realizar o acompanhamento dos fornecedores da Companhia (materiais e serviços);
- Efetuar a análise técnica das novas tecnologias em processos e produtos antes da inserção nos procedimentos executivos.

Além dessas atribuições, o PROTEQ estabeleceu e mantém o monitoramento dos indicadores de sustentabilidade da Companhia, relacionados ao consumo de água e energia elétrica. Tais indicadores têm contribuído para a melhoria da gestão do insumo, bem como para a rápida detecção de ocorrências que possam estar relacionadas com o desperdício/consumo fora do padrão.

Em 2015 a Companhia estabeleceu para todos os seus canteiros o Plano de Gestão de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), documento no qual estabelece as diretrizes que regularão a questão dos resíduos gerados pelas obras, que é adaptado de acordo com as especificidades de cada canteiro. A elaboração desse plano bem como outros aspectos relacionados a gestão de resíduos estão descritos em procedimento específico, revisado por uma consultoria externa, publicado e transmitido à toda a equipe responsável por esta atividade.

Com base no planejamento da geração de resíduos estabelecido no referido PGRCC, e no monitoramento mensal da efetiva geração de resíduos nos canteiros, foi estabelecida uma meta para cada empreendimento/obra, visando a redução do volume destinado a aterros, essa medida tem impacto positivo. Há ações em curso que buscam a redução da geração de resíduos bem como a implementação da logística reversa para alguns sistemas construtivos.

Hoje todos os canteiros da Companhia contam com um planejamento logístico onde são abordados o plano de ataque da obra, os equipamentos de movimentação que ali serão empregados bem como o planejamento da evolução do canteiro. Em adição também foram estabelecidas medidas padrão para o confinamento e controle dos materiais. Essas ações visam, além do controle do material em si, a redução das perdas associadas a movimentação e conseqüentemente a redução da geração dos resíduos.

Assim, muito embora a Companhia não divulgue um relatório de sustentabilidade, ela desenvolve várias ações que visam mitigar o impacto que as suas operações podem causar no meio ambiente. Por fim, a Companhia entende que a conscientização dos seus colaboradores diretos, indiretos e parceiros comerciais é a melhor e mais efetiva forma de implementar projetos para sustentabilidade ambiental.

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item.

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não aplicável dado que a Companhia não realizou aquisições nem alienação de qualquer ativo que não se enquadre como operação normal.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

A Companhia não realizou alterações significativas na forma de condução dos seus negócios.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

A companhia não celebrou contratos não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Veículo	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Equipamentos e Instalações de Escritório	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Imóvel locado á Rua Joaquin Floriano, 466 2ºand C	Brasil	SP	São Paulo	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marcas e Patentes	10	Não há eventos que possam causar a perda dos direitos relativos a tais ativos, além dos legalmente previstos.	Eventuais indeferimentos de patentes, marcas, domínios não ocasionarão efeitos adversos em nossas atividades ou nos empreendimentos incorporados, lançados e comercializados pela Companhia.
Licenças	Licenças de uso de Software	10	Não existem eventos que possam causar a perda dos direitos.	Eventuais indeferimentos de licenças não ocasionarão efeitos adversos em nossas atividades ou nos empreendimentos incorporados, lançados e comercializados pela Companhia.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
ADOLPHO LINDENBERG CONSTRUTORA LTDA.	60.665.379/0001-80	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	CONSTRUÇÃO DE IMÓVEIS	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2019	8,610000	0,000000	23.000,00	Valor contábil	31/12/2019	1.713.486,00		
31/12/2018	-0,820000	0,000000	68.000,00					
31/12/2017	-12,040000	0,000000	444.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								
CAL CONSTRUTORA E SERVIÇOS DE MÃO DA OBRA LTDA.	06.152.137/0001-48	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	CONSTRUÇÃO DE IMÓVEIS	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2019	-70,730000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2019	-2.546.581,00		
31/12/2018	47,440000	0,000000	468.000,00					
31/12/2017	88,730000	0,000000	2.724.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA								
LINDENBERG SÃO PAULO INCORPORADORA LTDA	06.138.869/0001-83	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	INCORPORAÇÃO DE IMÓVEIS	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2019	-78,190000	0,000000	22.287.799,00	Valor contábil	31/12/2019	7.485.676,00		
31/12/2018	5,120000	0,000000	16.067.000,00					
31/12/2017	24,290000	0,000000	4.582.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Lindenberg Vendas Ltda.	09.123.487/0001-74	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Prestação de serviços de consultoria, assessoria imobiliária e intermediação nas transações imobiliárias em geral, inclusive na compra e venda, promessa de compra e venda, cessão, promessa de cessão, permuta, incorporação, loteamento e locação.	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2019	18.411,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								
SIEBENLIND REAL ESTATE INVESTIMENTOS LTDA.	33.856.131/0001-24	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação de empreendimentos imobiliários	15,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2019	20.501.271,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia possui participação indireta nas seguintes SPE's, através de sua controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. e Siebenlind Real Estate Investimentos Ltda.:

	% Partic.
Amadora Incorporação SPE Ltda.	10,00%
Aosta Incorporação Ltda.	99,99%
Bari Incorporação Ltda.	99,99%
Barolo Incorporação Ltda.	99,99%
Ferrette Incorporação Ltda.	99,99%
Forenza Incorporação SPE Ltda.	15,00%
Groelandia Incorporação Ltda.	15,00%
Laurenza Incorporação SPE Ltda.	37,00%
Lion Incorporação SPE Ltda.	40,00%
Monza Incorporação SPE Ltda.	15,00%
Novara Incorporação Ltda.	99,99%
SPE Bandeira Incorporação Ltda.	49,00%
Toliara Incorporação SPE Ltda.	30,00%
Valencia Incorporação Ltda.	50,00%
Varese Incorporação Ltda.	99,99%
Viseu Incorporação Ltda.	99,99%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. Em atenção ao item 10.1 do Formulário de Referência – IN CVM 480/09, seguem os comentários dos Diretores da Companhia:

A Companhia reportou indicadores aquém do histórico, principalmente devido ao cenário macroeconômico recessivo dos últimos anos de 2019, 2018 e de 2017 e o reflexo do longo ciclo econômico da nossa atividade. Apesar disso, estamos otimistas com o novo ciclo que se inicia, tendo em vista a capacidade de adaptação a diferentes cenários do nosso modelo de negócios, da qualidade da operação e a consistência operacional que faz com que os resultados sigam dentro do esperado pela Companhia.

Ao final do exercício social de 2019, a Companhia possuía R\$137 mil em caixa e equivalentes, uma redução de 66,9% quando comparado aos R\$414 mil de 2018 que, por sua vez, representaram uma redução de 90,4% quando comparado aos R\$4,3 milhões de 2017. Importante destacar que a Companhia não possui endividamento e possui caixa líquido positivo, reflexo de uma operação que apresenta bases sustentáveis e regulares.

Ao final do exercício social de 2019, a receita líquida da Companhia alcançou o montante de R\$4,1 milhões, uma redução de 40,2% quando comparado aos R\$6,8 milhões do exercício social de 2018 que, por sua vez, foi 43,7% menor que a receita líquida do exercício de 2017, no montante de R\$12,1 milhões. A forte redução na receita líquida da Companhia vem se estendendo desde o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, reflexo das incertezas no cenário político e econômico recessivo.

Ao final do exercício social de 2019, o lucro bruto da Companhia encerrou em R\$3,0 milhões negativo, uma redução de 8.388,5% em relação aos R\$0,04 milhões negativo ao final do exercício de 2018 e que por sua vez, foi 101,8% menor que o lucro bruto do exercício de 2017, no montante de R\$2,0 milhões.

O resultado obtido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, 2018 e de 2017 apresentaram o foco na consistência operacional, com consistência das margens e rentabilidade para um menor volume da operação. Importante destacar que diante de um cenário ainda incerto da recuperação da economia do Brasil, a Companhia não possui endividamento bancário e possui caixa líquido positivo.

Durante 2019, foram entregues 3 projetos/fases (1 residencial e 2 comerciais), totalizando 27,0 mil m² de área construída, todas dentro do prazo e orçamento inicialmente previsto. Nesse mesmo período, a Construtora Adolpho Lindenberg iniciou 2 obras, sendo 1 obra comercial clube no Litoral de São Paulo de 2,2 mil m² de área e 1 obra residencial de alto padrão, localizado na Capital de São Paulo, com 22,0 mil m² de área, composta por 2 torres com 142 unidades.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Durante 2018, foram entregues 2 empreendimentos residenciais, localizados na Capital de São Paulo, totalizando 2 torres, 90 unidades e 19,4 mil m² de área construída, todas dentro do prazo e orçamento inicialmente previsto. Nesse mesmo período, a Construtora Adolpho Lindenberg não iniciou novas obras.

Durante 2017, foram entregues 4 empreendimentos (3 residenciais e 1 multi-uso), totalizando 4 torres, 624 unidades e 89,6 mil m² de área, todas dentro do prazo e orçamento inicialmente previsto. Nesse mesmo período, a Construtora Adolpho Lindenberg não iniciou novas obras.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

A estrutura de capital da Companhia, em relação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 era composta da seguinte forma:

(Em R\$ milhões)	31/12/2017	%	31/12/2018	%	31/12/2019	%
Capital de Terceiros	R\$0,0	0%	R\$0,0	0%	R\$0,0	0%
Capital Próprio ¹	R\$24,2	100%	R\$26,0	100%	R\$1,0	100%
Total	R\$24,2	100%	R\$26,0	100%	R\$1,0	100%

(1) Capital Próprio corresponde ao patrimônio líquido da Companhia.

(i) hipóteses de resgate

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria da Companhia acredita que nossas principais fontes de recursos são: (i) receitas provenientes dos serviços de construção e gerenciamento de construção prestados; (ii) receitas de assistência técnica; e (iii) receitas de unidades imobiliárias vendidas.

A Diretoria da Companhia acredita que os recursos existentes e a nossa geração de caixa operacional serão suficientes para as nossas necessidades de liquidez e nossos compromissos financeiros, no mínimo, pelos próximos 12 meses.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O EBITDA no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 totalizou o valor negativo de R\$25,6 milhões, com uma margem EBITDA de -628,6%, uma redução de 1364,0% em relação aos R\$2,0 milhões do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

O EBITDA no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$2,0 milhões, com uma margem EBITDA de 29,7%, uma redução de 46,9% em relação aos R\$3,8 milhões do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

O EBITDA no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$3,8 milhões, com uma margem EBITDA de 31,6%, uma redução de 68,5% em relação aos R\$12,1 milhões do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Captamos recursos por meio de novas receitas e, adicionalmente, contratamos financiamentos bancários, quando necessário, os quais são empregados no financiamento de nossas necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo, bem como na manutenção de nossas disponibilidades de caixa em nível que acreditamos apropriado para o desempenho de nossas atividades.

Nosso endividamento era composto da seguinte forma nos períodos abaixo identificados

R\$ milhões	2017	2018	2019
Empréstimos e financiamentos	R\$0,0	R\$0,0	R\$0,0
Obrigações por aquisição de terreno	R\$0,0	R\$0,0	R\$34,7
Contas a pagar a fornecedores	R\$0,3	R\$0,4	R\$0,5
Arrendamentos a pagar	R\$0,0	R\$0,0	R\$0,8
Obrigações trabalhistas e tributárias	R\$1,6	R\$1,6	R\$2,7
Provisão para garantia de obras	R\$7,7	R\$5,1	R\$5,1
Dividendos a pagar	R\$1,1	R\$0,7	R\$0,6
Obrigações tributárias parceladas	R\$2,5	R\$1,7	R\$0,6

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez efetuando uma administração baseada em fluxo de caixa, mas ainda pode vir a depender, embora de forma reduzida, de obtenção de empréstimos com terceiros e com o acionista controlador para seu equilíbrio financeiro. Eventuais descasamentos entre ativos e passivos são constantemente monitorados.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A Companhia não possuía contratos de empréstimos e financeiros nos últimos 03 exercícios;

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não há.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não há.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Todos os recursos dos financiamentos já contratados foram utilizados e quitados.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**

Balancos Patrimoniais Consolidado Períodos encerrados em 31.dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	2019	2018	Var. %
Ativo	79.872	45.866	74,1%
Circulante	46.436	17.877	159,8%
Caixa e equivalentes de caixa	137	414	-66,9%
Contas a receber de clientes	332	2.555	-87,0%
Estoque a comercializar	38.781	0	0,0%
Impostos a recuperar	21	87	-75,9%
Contas a receber de partes relacionadas	7.103	14.767	-51,9%
Demais ativos circulantes	62	54	14,8%
Não Circulante	33.436	27.989	19,5%
Contas a receber de clientes	838	1.291	-35,1%
Depósitos judiciais	914	620	47,4%
Estoque a comercializar	2.513	576	336,3%
Partes relacionadas	5	1.462	-99,7%
Impostos a recuperar	999	803	24,4%
Demais ativos não circulantes	0	6	-100,0%
Investimentos	27.341	23.141	18,1%
Imobilizado	31	43	-27,9%
Intangível	795	47	1591,5%
Passivo e Patrimônio Líquido	79.872	45.866	74,1%
Circulante	15.906	5.336	198,1%
Fornecedores	518	397	30,5%
Terrenos a pagar	8.116	0	0,0%
Obrigações trabalhistas e tributárias	1.576	1.631	-3,4%
Obrigações tributárias parceladas	288	616	-53,2%
Partes relacionadas	3.944	0	0,0%
Dividendos a pagar	29	719	-96,0%
Provisão para garantia de obras	1.189	1.973	-39,7%
Arrendamentos a pagar	246	0	0,0%
Não Circulante	62.607	14.505	331,6%
Terrenos a pagar	26.566	0	0,0%
Obrigações tributárias parceladas	811	1.073	-24,4%
Provisão para garantia de obras	1.842	3.169	-41,9%
Adiantamento para futuras incorporações	13.550	0	0,0%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16.926	9.992	69,4%
Provisão para perda com investimentos	294	153	92,2%
Partes relacionadas	2.085	40	5112,5%
Arrendamentos a pagar	507	0	0,0%
Demais passivos não circulantes	26	78	-66,7%
Patrimônio Líquido	1.359	26.025	-94,8%
Capital social	16.000	16.000	0,0%
Reserva legal	1.934	1.935	-0,1%
Prejuízo acumulado	(16.575)	8.090	-304,9%

Demonstrações Financeiras Auditadas

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Total do Ativo

Os ativos da Companhia totalizaram R\$79,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, uma variação positiva de 74,1% em relação a 31 de dezembro de 2018, que totalizou R\$45,9 milhões. Tal variação deve-se principalmente pelo aumento de R\$38,8 milhões de estoques a comercializar da Companhia.

Total do Passivo

Os passivos da Companhia totalizaram R\$78,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, uma variação positiva de 295,7% em relação a 31 de dezembro de 2018, que totalizou R\$19,8 milhões, sendo que tal variação ocorreu principalmente devido a: (i) crescimento de terrenos a pagar de R\$34,7 milhões; (ii) crescimento de adiantamento para futuras incorporações de R\$13,6 milhões; (iii) aumento de provisões para risco tributários, cíveis e trabalhistas de R\$6,9 milhões e: (iv) crescimento de partes relacionadas de R\$6,0 milhões.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$1,4 milhão em 31 de dezembro de 2019, e em 31 de dezembro de 2018 de R\$26,0 milhões.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**

Demonstrações de Resultados Consolidado Períodos encerrados em 31.dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	4T19	4T18	Var. %	2019	2018	Var. %
Receita Operacional Líquida	(107)	1.890	-105,7%	4.076	6.814	-40,2%
Custos dos Serviços Prestados	(1.627)	(1.696)	-4,1%	(7.047)	(6.849)	2,9%
Lucro (Prejuízo) Bruto	(1.734)	193	-998,4%	(2.971)	(35)	8388,5%
Margem Bruta (%)	1620,6%	10,2%	1610,3 pp	-72,9%	-0,5%	-72,4 pp
Receitas (Despesas) Operacionais	(6.586)	5.808	-213,4%	(22.651)	2.062	-1198,5%
Administrativas, comerciais e gerais	(5.856)	(1.904)	207,6%	(23.512)	(11.385)	106,5%
Equivalência patrimonial	(703)	6.931	-110,1%	1.214	12.511	-90,3%
Outras receitas operacionais líquidas	(27)	781	-103,5%	(353)	936	-137,7%
EBITDA	(8.320)	6.001	-238,6%	(25.622)	2.027	-1364,0%
Margem EBITDA (%)	7775,7%	317,6%	7458,1 pp	-628,6%	29,7%	-658,4 pp
Resultado Financeiro	566	330	71,5%	938	489	91,8%
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.754)	6.331	-222,5%	(24.684)	2.516	-1081,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2)	(10)	-80,0%	18	(16)	-212,5%
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(7.756)	6.321	-222,7%	(24.666)	2.500	-1086,6%
Margem Líquida (%)	7248,6%	334,5%	6914,1 pp	-605,2%	36,7%	-641,9 pp

Demonstrações Financeiras Auditadas

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receita Operacional Líquida

A Receita Líquida no 4T19 totalizou o valor negativo de R\$ 107 mil, redução de 105,7% quando comparado com o 4T18. Nos 12M19 a Receita Líquida totalizou R\$ 4,1 milhões, redução de 40,2% em relação aos 12M18. Importante informar que a trajetória da Receita Líquida nos últimos trimestres reflete a redução do volume operacional pela qual a Companhia passou, devido a forte quantidade de projetos entregues sem lançamentos na mesma proporção para compor novas receitas. Assim, um cenário de recuperação da receita dependerá amplamente da contratação de novas obras, bem como a retomada dos lançamentos. Segue as entregas dos empreendimentos realizadas durante o exercício descritas abaixo;

- (i) Obra de terceiros, empreendimento comercial Novo Portal, de médio padrão, composto de uma torre única e 5,1 mil m² de área construída, localizado na Capital de São Paulo;
- (ii) Obra de terceiros, empreendimento residencial Casa da Toscana, de médio padrão, composto de 223 casas e 19,7 mil m² de área construída, localizado no Interior de São Paulo.
- (iii) Obra de terceiros, empreendimento comercial ACM Club, de médio padrão, composto de uma torre única e 2,2 mil m² de área construída, localizado no Litoral de São Paulo.

Custos de prestação de serviços

O Custo dos Serviços Prestados totalizou R\$ 1,6 milhão no 4T19, redução de -4,1% em relação ao 4T18. Nos 12M19 o Custo de Serviços Prestados totalizou R\$ 7,0 milhões, aumento de 2,9% em relação aos 12M18.

Lucro (Prejuízo) Bruto

O Resultado Bruto no 4T19 totalizou o valor negativo de R\$ 1,7 milhão e nos 12M19, o Resultado Bruto totalizou o valor negativo de R\$ 3,0 milhões e Margem Bruta de -72,9%. A redução do Resultado Bruto deve-se ao grande volume de obras entregues nos últimos anos e pela forte queda de lançamentos das incorporadoras entre os anos de 2015 à 2018.

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o Resultado Líquido no encerramento do 4T19, totalizou o valor negativo de R\$ 7,8 milhões, e nos 12M19 o Resultado Líquido totalizou o valor negativo de R\$ 24,7 milhões, para uma Margem Líquida de -605,2%.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Total do Ativo

Os ativos da Companhia totalizaram R\$45,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, uma variação

Balancos Patrimoniais Consolidado Períodos encerrados em 31.dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	2018	2017	Var. %
Ativo	45.866	47.627	-3,7%
Circulante	17.877	11.539	54,9%
Caixa e equivalentes de caixa	414	4.299	-90,4%
Contas a receber de clientes	2.555	7.047	-63,7%
Impostos a recuperar	87	153	-43,1%
Contas a receber de partes relacionadas	14.767	0	0,0%
Demais ativos circulantes	54	40	35,0%
Não Circulante	27.989	36.088	-22,4%
Contas a receber de clientes	1.291	1.303	-0,9%
Depósitos judiciais	620	856	-27,6%
Imovéis a comercializar	576	511	12,7%
Contas a receber de partes relacionadas	1.462	750	94,9%
Impostos a recuperar	803	757	6,1%
Demais ativos não circulantes	6	4	50,0%
Investimentos	23.141	31.844	-27,3%
Imobilizado	58	11	427,3%
Intangível	32	52	-38,5%
Passivo e Patrimônio Líquido	45.866	47.627	-3,7%
Circulante	5.336	7.297	-26,9%
Fornecedores	397	356	11,5%
Obrigações trabalhistas e tributárias	1.631	1.638	-0,4%
Obrigações tributárias parceladas	616	814	-24,3%
Dividendos a pagar	719	1.116	-35,6%
Provisão para garantia de obras	1.973	2.873	-31,3%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	0	500	-100,0%
Não Circulante	14.505	16.112	-10,0%
Obrigações tributárias parceladas	1.073	1.726	-37,8%
Provisão para garantia de obras	3.169	4.825	-34,3%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	9.992	9.478	5,4%
Provisão para perda com investimentos	153	0	0,0%
Demais passivos não circulantes	118	83	42,2%
Patrimônio Líquido	26.025	24.218	7,5%
Capital social	16.000	16.000	0,0%
Reserva especial	0	(1.639)	-100,0%
Reserva de lucros	10.025	9.857	1,7%

Demonstrações Financeiras Auditadas

negativa de 3,7% em relação a 31 de dezembro de 2017, que totalizou R\$47,6 milhões. Tal variação deve-se principalmente pela redução de R\$8,7 milhões na posição de investimento da Companhia e redução no contas a receber de clientes que totalizou R\$4,5 milhões.

Total do Passivo

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Os passivos da Companhia totalizaram R\$19,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, uma variação negativa de 15,4% em relação a 31 de dezembro de 2017, que totalizou R\$23,4 milhões, sendo que tal variação ocorreu principalmente devido a: (i) redução de R\$2,6 milhões a título de Provisão para garantia de obras.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$26 milhões em 31 de dezembro de 2018, e em 31 de dezembro de 2017 de R\$24,2 milhões.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017**

Demonstrações de Resultados Consolidado Períodos encerrados em 31.dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	4T18	4T17	Var. %	2018	2017	Var. %
Receita Operacional Líquida	1.890	974	94,0%	6.814	12.093	-43,7%
Custos dos Serviços Prestados	(1.696)	(1.274)	33,1%	(6.849)	(10.113)	-32,3%
Custos de prestação de serviços	(1.592)	(1.790)	-11,1%	(6.483)	(9.853)	-34,2%
Custos de assistência técnica	(104)	516	-120,2%	(339)	73	-564,4%
Custos da venda de unidades imobiliárias	0	0	0,0%	(27)	(333)	-91,9%
Lucro Bruto	194	(300)	-164,7%	(35)	1.980	-101,8%
Margem Bruta (%)	10,3%	-30,8%	41,1 pp	-0,5%	16,4%	-16,9 pp
(Despesas) Receitas	5.808	2.463	135,8%	2.062	1.840	12,1%
Administrativas, comerciais e gerais	(1.904)	(4.654)	-59,1%	(11.385)	(11.175)	1,9%
Equivalência patrimonial	6.931	3.350	106,9%	12.511	8.697	43,9%
Outras receitas operacionais líquidas	781	3.767	-79,3%	936	4.318	-78,3%
EBITDA	6.002	2.163	177,5%	2.027	3.820	-46,9%
Margem EBITDA (%)	317,6%	222,1%	95,5 pp	29,7%	31,6%	-1,8 pp
Resultado Financeiro	330	117	182,1%	489	887	-44,9%
Despesas Financeiras	(34)	(53)	-35,8%	(141)	(294)	-52,0%
Receitas Financeiras	364	170	114,1%	630	1.181	-46,7%
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	6.332	2.280	177,7%	2.516	4.707	-46,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(10)	(2)	400,0%	(16)	(102)	-84,3%
Correntes	(10)	(2)	400,0%	(16)	(102)	-84,3%
Diferidos	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Resultado Líquido do Período	6.322	2.278	177,5%	2.500	4.605	-45,7%
Margem Líquida (%)	334,5%	233,9%	100,6 pp	36,7%	38,1%	-1,4 pp

Demonstrações Financeiras Auditadas

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receita Operacional Líquida

A Receita Líquida, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, atingiu R\$6,8 milhões, uma redução de 43,7% em relação a 31 de dezembro de 2017 que atingiu R\$12,1 milhões. Esta variação negativa da receita deveu-se, principalmente, pela redução no volume de obras em execução ao longo dos doze meses e as entregas dos empreendimentos realizadas durante o exercício descritas abaixo;

- (i) Empreendimento residencial Lindenberg Itaim, de alto padrão, composto de uma torre única de 24 unidades e 13,8 mil m² de área construída, localizado na Capital de São Paulo;
- (ii) Obra de terceiros, empreendimento residencial Edifício Residencial Tetrys Pompéia, de médio padrão, composto de uma torre única de 66 unidades e 5,6 mil m² de área construída, localizado na Capital de São Paulo.

Custos de prestação de serviços

O Custo de prestação de serviços totalizou R\$6,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, contra R\$10,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, uma redução de 32,3% em razão da redução do volume de obras em execução e entregues.

Lucro Bruto

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, o lucro bruto da Companhia totalizou R\$0,04 milhões negativo, uma redução de 101,8% em relação a 31 de dezembro de 2017 que atingiu R\$2 milhões, devido redução do volume de obras em execução e entregues.

Lucro Líquido do Exercício

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o lucro líquido totalizou R\$2,5 milhões, uma redução de 45,7% em relação a 31 de dezembro de 2017 que atingiu R\$4,6 milhões.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

Balancos Patrimoniais Consolidado Períodos encerrados em 31.dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	2017	2016	Var. %
Ativo	47.627	46.246	3,0%
Circulante	11.539	19.124	-39,7%
Caixa e equivalentes de caixa	4.299	6.733	-36,2%
Contas a receber de clientes	7.047	11.210	-37,1%
Impostos a recuperar	153	1.146	-86,6%
Demais ativos circulantes	40	35	14,3%
Não Circulante	36.088	27.122	33,1%
Contas a receber de clientes	1.303	1.500	-13,1%
Depósitos judiciais	856	739	15,8%
Imovéis a comercializar	511	678	-24,6%
Contas a receber de partes relacionadas	750	3.354	-77,6%
Impostos a recuperar	757	-	0,0%
Demais ativos não circulantes	4	-	0,0%
Investimentos	31.844	20.775	53,3%
Imobilizado	11	18	-38,9%
Intangível	52	58	-10,3%
Passivo e Patrimônio Líquido	47.627	46.246	3,0%
Circulante	7.297	8.294	-12,0%
Fornecedores	356	290	22,8%
Obrigações trabalhistas e tributárias	1.638	3.442	-52,4%
Obrigações tributárias parceladas	814	760	7,1%
Dividendos a pagar	1.116	1.020	9,4%
Provisão para garantia de obras	2.873	2.782	3,3%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	500	-	0,0%
Não Circulante	16.112	15.606	3,2%
Obrigações tributárias parceladas	1.726	2.389	-27,8%
Provisão para garantia de obras	4.825	7.256	-33,5%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	9.478	5.868	61,5%
Demais passivos não circulantes	83	93	-10,8%
Patrimônio Líquido	24.218	22.346	8,4%
Capital social	16.000	16.000	0,0%
Reserva especial	(1.639)	(7.730)	-78,8%
Reserva de lucros	9.857	14.076	-30,0%

Demonstrações Financeiras Auditadas

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Total do Ativo

Os ativos da Companhia totalizaram R\$47,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, uma variação positiva de 3% em relação a 31 de dezembro de 2016, que totalizou R\$46,2 milhões. Tal variação deve-se principalmente pelo aumento de R\$11 milhões na posição de investimento da Companhia e redução no contas a receber com partes relacionadas que totalizou R\$2,6 milhões.

Total do Passivo

Os passivos da Companhia totalizaram R\$23,4 milhões em 31 de dezembro de 2017, uma variação positiva de 3% em relação a 31 de dezembro de 2016, que totalizou R\$23,9 milhões, sendo que tal variação ocorreu principalmente devido a: (i) redução de R\$1,8 milhões a título de Obrigações trabalhistas e tributárias; (ii) redução de R\$2,4 milhões a título de Provisão para garantia de obras.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$24,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, e em 31 de dezembro de 2016 de R\$22,3 milhões.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016**

Demonstrações de Resultados Consolidado						
Períodos encerrados em 31.dezembro	4T17	4T16	Var. %	2017	2016	Var. %
(Em milhares de Reais - R\$)						
Receita Operacional Líquida	974	6.435	-84,9%	12.093	27.147	-55,5%
Custos dos Serviços Prestados	(1.274)	(3.065)	-58,4%	(10.113)	(16.455)	-38,5%
Lucro Bruto	(300)	3.369	-108,9%	1.980	10.692	-81,5%
Margem Bruta (%)	-30,8%	52,4%	-83,2 pp	16,4%	39,4%	-23,0 pp
(Despesas) Receitas	2.463	2.431	1,3%	1.840	1.421	29,5%
Administrativas, comerciais e gerais	(4.654)	(737)	531,5%	(11.175)	(10.627)	5,2%
Equivalência patrimonial	3.350	1.132	195,9%	8.697	7.239	20,1%
Outras receitas operacionais líquidas	3.767	2.036	85,0%	4.318	4.809	-10,2%
EBITDA	2.163	5.800	-62,7%	3.820	12.113	-68,5%
Margem EBITDA (%)	222,1%	90,1%	131,9 pp	31,6%	44,6%	-13,0 pp
Resultado Financeiro	117	91	28,6%	887	1.067	-16,9%
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.280	5.891	-61,3%	4.707	13.180	-64,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2)	(8.165)	-100,0%	(102)	(8.974)	-98,9%
Resultado Líquido do Exercício	2.278	(2.274)	-200,2%	4.605	4.206	9,5%
Margem Líquida (%)	233,9%	-35,3%	269,2 pp	38,1%	15,5%	22,6 pp

Demonstrações Financeiras Auditadas

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receita Operacional Líquida

A Receita Líquida, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, atingiu R\$12,1 milhões, uma redução de 55,5% em relação a 31 de dezembro de 2016 que atingiu R\$27,1 milhões. Esta variação negativa da receita deveu-se, principalmente, pela redução no volume de obras em execução ao longo dos doze meses e as entregas dos empreendimentos realizadas durante o exercício descritas abaixo;

- (i) Empreendimento Trio by Lindenberg de alto padrão, tipo multi-uso, composto de 252 unidades e 27,1 mil m² de área construída e única torre, localizado no Interior de São Paulo;
- (ii) Empreendimento residencial Aristo by Lindenberg de padrão médio alto, composto de uma torre e 130 unidades, totalizando 19,5 mil m² de área construída na Capital de São Paulo;
- (iii) Empreendimento Maralta by Lindenberg de médio-alto padrão, tipo residencial, composto de 198 unidades e 22,7 mil m² de área construída e única torre, localizado no Litoral de São Paulo e;
- (iv) Empreendimento Lindenberg Jundiá de alto padrão, tipo residencial, composto de 44 unidades e 20,2 mil m² de área construída e única torre, localizado no Interior de São Paulo.

Custos de prestação de serviços

O Custo de prestação de serviços totalizou R\$10,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, contra R\$16,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, uma redução de 38,5% em razão da redução do volume de obras em execução e entregues.

Lucro Bruto

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, o lucro bruto da Companhia totalizou R\$2 milhões, uma redução de 16,4% em relação a 31 de dezembro de 2016 que atingiu R\$10,7 milhões, devido redução do volume de obras em execução e entregues.

Lucro Líquido do Exercício

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o lucro líquido totalizou R\$4,6 milhões, um aumento de 9,5% em relação a 31 de dezembro de 2016 que atingiu R\$4,2 milhões.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2. Os diretores devem comentar Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações da Companhia

(i) *descrição de quaisquer componentes importantes da receita:*

O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita operacional líquida da Companhia decorre principalmente da prestação de serviços de construção, gerenciamento de construção e serviços de assistência técnica, além de algum resultado da venda de lotes em estoque.

A composição da receita operacional é demonstrada a seguir:

<i>(em milhares de reais)</i>	2017	2018	2019
Receitas de serviços	R\$12.723	R\$7.402	R\$4.625
Receitas de assistência técnica	R\$915	R\$402	(R\$128)
Receitas de venda de unidades imobiliárias	R\$373	R\$15	R\$94
Impostos sobre receita	(R\$1.918)	(R\$1.005)	(R\$515)
Total	R\$12.093	R\$6.814	R\$4.076

As receitas de prestação de serviços de administração de obras são reconhecidas em função dos prazos decorridos, resultados auferidos e serviços prestados no regime de competência. Os custos e despesas são reconhecidos quando mensuráveis e incorridos. Ao longo dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e de 2017, mais de 90% das nossas receitas decorreram da receita com a prestação de serviços de administração e gerenciamento de construção.

(ii) *fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:*

A prestação de serviços de construção e gerenciamento de construção da Companhia pode afetar materialmente o nosso desempenho operacional, visto que a medição ou percentual de taxa de administração de construção é variável de acordo com o empreendimento que a Companhia irá desenvolver.

A Companhia reconhece os valores das receitas e dos custos provenientes de prestação de serviços de construção e gerenciamento de construção conforme sua execução, em conformidade com o período de competência.

A receita com venda de unidades imobiliárias é mensurada pelo valor efetivamente contratado, sendo os valores de contas a receber, calculados a valor presente considerando os prazos dos recebimentos futuros.

Os principais impactos nas variações de receitas entre os exercícios de 2019, 2018 e 2017 decorrem da variação no volume das operações da Companhia.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Companhia não possui variações das receitas atribuíveis a fatores externos, visto que a mesma determina o percentual de taxa de administração de construção em contrato de prestação de serviços, conforme item 10.2.(ii) acima.

As receitas de vendas podem ser impactadas pela variação nos índices de inflação que corrigem os nossos contratos de prestação de serviços e vendas de unidades imobiliárias, principalmente o INCC. As variações de receita nos últimos três exercícios são relativas à variação do volume de negócios, bem como da evolução físico-financeira das obras.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

Operações com instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e de 2017, a Companhia e suas controladas não possuíam operações de derivativos e nem de risco semelhante.

Análise da sensibilidade das aplicações financeiras – Exercício 2019

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI adicionado aos juros divulgados na nota explicativa nº 4 para capital de giro.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações ao qual a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2019, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas do CDI vigentes em 31 de dezembro de 2019, foi definido o cenário provável para um período de 12 meses e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo consolidado de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Risco	Cenário provável (valor contábil projetado)	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Aplicações financeiras	CDI	5,96%	4,47%	2,98%
Posição contábil em 31/12/2019 - R\$114		7	5	3

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Análise da sensibilidade das aplicações financeiras – Exercício 2018

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI adicionado aos juros divulgados na nota explicativa nº 4 para capital de giro.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações ao qual a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2018, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas do CDI vigentes em 31 de dezembro de 2018, foi definido o cenário provável para um período de 12 meses e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo consolidado de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Risco	Cenário provável (valor contábil projetado)	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Aplicações financeiras	CDI	6,40%	4,80%	3,20%
Posição contábil em 31/12/2018 - R\$388		25	19	12

Análise da sensibilidade das aplicações financeiras – Exercício 2017

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI adicionado aos juros divulgados na nota explicativa nº 4 para capital de giro.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações ao qual a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2017, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas do CDI vigentes em 31 de dezembro de 2017, foi definido o cenário provável para um período de 12 meses e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo consolidado de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Risco	Cenário provável (valor contábil projetado)	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Aplicações financeiras	CDI	9,93%	7,45%	4,97%
Posição contábil em 31/12/2017- R\$4.242		421	316	211

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

(a) *Introdução ou alienação de segmento operacional*

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, não houve introdução ou alienação de segmentos operacionais da Companhia não refletida nas demonstrações financeiras.

(b) *Constituição, aquisição ou alienação de participação societária*

Em março de 2016, através de contrato particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu da empresa do Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. a parcela de 20% da participação societária da Lion Incorporação SPE Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$6.547 pelo montante de R\$10.781, gerando uma perda de R\$4.234, registrado no patrimônio líquido na rubrica reserva especial. Adicionalmente, em setembro de 2016 a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu 20%, resultando em 40% de participação societária da Lion Incorporação SPE Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$8.465 pelo montante de R\$11.950 liquidado durante o exercício de 2016, gerando uma perda de R\$3.485, registrado no patrimônio líquido na rubrica reserva especial.

Em abril de 2016, através de instrumento particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu da empresa do Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. a parcela de 10% da participação societária da Acireale Incorporação SPE Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$102 pelo montante de R\$113, gerando uma perda de R\$11, registrado no patrimônio líquido na rubrica reserva especial.

Em março de 2017, através de contrato particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu da empresa do Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. a parcela de 20% da participação societária da Leal Participações Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$ 297 pelo montante de R\$558, gerando uma perda de R\$261, registrado no patrimônio líquido na rubrica reserva especial.

Em junho de 2017, através de contrato particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu da empresa do Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. a parcela de 30% da participação societária da Pisa Incorporação SPE Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$ 2.957 pelo montante de R\$4.335, gerando uma perda de R\$1.378, registrado no patrimônio líquido na rubrica reserva especial.

Em novembro de 2017, através de contrato particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu da empresa do Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. a parcela de 30% da participação societária da Leal Participações Ltda. O investimento foi adquirido pelo seu valor de patrimônio líquido de R\$ 795.

Em novembro de 2017, através de contrato particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. vendeu para a empresa do Grupo Lindencorp Participações e

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

Incorporações Ltda. a parcela de 20% da participação societária da Pisa Incorporação SPE Ltda. O investimento foi vendido pelo seu valor de patrimônio líquido de R\$ 2.012.

Em dezembro de 2017, através de contrato particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu da empresa do Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. a parcela de 50% da participação societária da Valência Incorporação Ltda. O investimento foi adquirido pelo seu valor de patrimônio líquido de R\$ 299.

Em janeiro de 2018, através de instrumento particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu a parcela de 20% da participação societária da Ink Pinheiros Empreendimento e Participações Ltda., para desenvolvimento de empreendimento imobiliário, cabe destacar que não houve aquisição de controle. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$1.267 pelo montante de R\$1.164, gerando um ganho de R\$103.

Em abril de 2018, através de instrumento particular de compra e venda de quotas a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda., adquiriu 50% de participação na sociedade Trevi Incorporação Ltda., da Lindencorp Participações e Incorporações Ltda., cabe destacar que não houve aquisição de controle. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$4 negativo pelo montante de R\$12, gerando uma perda de R\$16.

Em maio de 2018, a Controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda., através de instrumento particular de compra e venda, cessão e transferência de quotas sociais e outras avenças, vendeu sua participação total na Pisa Incorporação SPE Ltda. para a Ez Tec Empreendimentos e Participações S.A.. O investimento foi vendido pelo seu valor de patrimônio líquido de R\$2.580.

Em setembro de 2018, através de instrumento particular de compra e venda de quotas a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda., adquiriu 100% de participação na sociedade Viseu Incorporação Ltda., da Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$7 pelo montante de R\$25, gerando uma perda de R\$18.

Em novembro de 2018, através de contrato particular de compra e venda de quotas, a Construtora Adolpho Lindenberg S.A. adquiriu da empresa do Grupo LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A. 100% da participação societária da Lindenhuse Comercialização Private Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$33 pelo montante de R\$1 (hum real), gerando um ganho de R\$33.

Em novembro de 2018, através de contrato particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu da empresa do Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. 100% da participação societária da Ferrette Incorporação Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$3 negativo pelo montante de R\$1, gerando uma perda de R\$4.

Em novembro de 2018, através de contrato particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu da empresa do Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. 100% da participação societária da Novara Incorporação Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$4 pelo montante de R\$1 (hum real), gerando um ganho de R\$4.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

Em dezembro de 2018, após a realização da venda de um imóvel situado na Capital de São Paulo/SP, no valor total de R\$ 18,2 milhões no mês de novembro de 2018. a Controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda., através de instrumento particular de compra e venda, cessão e transferência de quotas sociais e outras avenças, vendeu sua participação total de 50% na Leal Participações Ltda. para a Sei Novo Negócio 47 Empreendimento Imobiliário Ltda. (Setin). O patrimônio líquido vendido foi de R\$10 pelo montante de R\$500 (quinhentos reais), gerando uma perda de R\$10.

Em abril de 2019, através de instrumento de compra e venda de quotas, a controladora Lindenberg São Paulo adquiriu, da empresa Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda., 37% da participação societária na SPE Laurenza Incorporação Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$1.703 pelo montante de R\$2.259, gerando um ganho de R\$555.

Em abril de 2019, através de contrato social a controladora Lindenberg São Paulo constituiu 100% da participação societária na SPE Varese Incorporação Ltda., com o objetivo de desenvolver empreendimento imobiliário de médio e alto padrão.

Em maio de 2019, através de contrato social a controladora Lindenberg São Paulo constituiu 100% da participação societária na SPE Barolo Incorporação Ltda., com o objetivo de desenvolver empreendimento imobiliário de médio e alto padrão.

Em julho de 2019, a controladora Lindenberg São Paulo encerra a SPE Acireale Incorporação Ltda. e declina do desenvolvimento do empreendimento.

Em outubro de 2019, através de contrato social a controladora CAL Construtora Adolpho Lindenberg constituiu juntamente com o Fundo de Investimentos Sieben 100 Real Estate Investimentos Ltda., 15% da participação societária da empresa Siebenlind Real Estate Investimentos Ltda., com o objetivo de desenvolver unidades imobiliárias de médio e alto padrão.

Em novembro de 2019, através de instrumento de compra e venda de cotas a controladora Lindenberg São Paulo vende sua participação societária na empresa SPE Eugenio de Medeiros Incorporação Ltda., o que corresponde 20% da sociedade, pelo preço de R\$2.223, seu patrimônio líquido era de R\$1.242, gerando um ganho de R\$980.

c) Eventos ou operações não usuais

Adicionalmente, em agosto de 2013 o Ministério Público do Trabalho distribuiu Ação Civil Pública contra a Companhia, cujo valor inicialmente atribuído foi de R\$100 milhões, considerando multa a título de dano moral a favor do FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador).

A defesa da Companhia consiste em demonstrar a qualidade empregada em segurança e saúde do trabalho, bem como em esclarecer e refutar a absoluta impropriedade do procedimento e das acusações feitas pelo Ministério Público do Trabalho. As cominações apontadas pelo último se apoiam em laudo deficiente que apresenta situações absolutamente genéricas e subjetivas. A acusação também elenca

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

inúmeros apontamentos repetitivos, agravando sobremaneira a imposição das multas aplicadas, conforme expressamente demonstrado na defesa apresentada pela Companhia.

A Companhia ingressou com Recurso Ordinário contra a sentença e apresentou petição de juntada a fim de comprovar o cumprimento das obrigações de fazer. O Acórdão resultante dos recursos apresentados pelas Partes, assinado/emitido em 13 de dezembro de 2016 (publicado em 31 de janeiro de 2017), manteve a condenação de primeira instância da Companhia em dois tópicos: (1) indenização por danos morais coletivos; e (2) obrigações de fazer elencadas na inicial, mediante cominação judicial. No tocante ao dano moral coletivo, aumentou a indenização para R\$5 milhões, e, no que se refere às obrigações de fazer apontadas na inicial, elevou a multa judicial para R\$50 em caso de descumprimento.

A Companhia apresentou embargos de declaração julgado em 14 de março de 2017. O processo foi suspenso em 18 de maio de 2017 para tratativas de negociações entre as Partes, que chegaram a um acordo em 13 de dezembro de 2017. Nos termos da cláusula segunda do referido acordo celebrado com o Ministério Público do Trabalho, a Companhia se comprometeu a pagar R\$2.000 em 4 parcelas anuais sem correção no valor de R\$500, sendo que a primeira parcela de R\$500 foi paga em 25 de abril de 2018. Em 14 de novembro de 2018 realizamos a quitação no valor de R\$1.234, obtendo um desconto de R\$266.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4 Mudanças significativas nas práticas contábeis / Ressalvas e ênfases

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis e efeitos significativos das alterações das práticas contábeis

Práticas adotadas a partir de 1 de janeiro de 2019:

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, usando a abordagem retrospectiva modificada que não exige a apresentação das informações de períodos anteriores comparativas.

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor”, por exemplo, computadores pessoais e arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de amortização do ativo de direito de uso. Além disso, os efeitos no fluxo de caixa são representados na operação de financiamento e operacionais, através da amortização de principal e juros respectivamente.

Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos, por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos fluxos de pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos. Em geral, o arrendatário deve reconhecer o valor de remensuração do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

Abaixo os valores, para fins de comparação aos impactos gerados no balanço patrimonial da controladora e consolidado em 1º de janeiro de 2019:

Consolidado				
Balanço				
Referência dos ajustes	Patrimonial em 01/01/2019 antes dos ajustes	Ajustes IFRS 16/CPC 06 (R2)	1º de janeiro de 2019	
Ativo circulante	17.877	-	17.877	
Intangível	58	981	1.039	(a)
Ativo não circulante	27.989	981	28.970	
Total do ativo	45.866	981	46.847	
Arrendamentos a pagar	-	218	218	(a)
Passivo circulante	5.336	218	5.554	
Arrendamentos a pagar	-	763	763	(a)
Passivo não circulante	14.505	763	15.268	
Patrimônio líquido	26.025	-	26.025	
Total do passivo e patrimônio líquido	45.866	981	46.847	

- a) O montante registrado nas rubricas de intangível e arrendamento a pagar deve-se ao contrato de leasing vigente referente à locação de salas comerciais.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Em 2018, ocorreram modificações nas seguintes normas e interpretações, conforme destacado abaixo:

A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 (Receitas de Contratos com Clientes) e o CPC 48 /IFRS 9 (Instrumentos Financeiros) a partir de 1º de janeiro de 2018. A adoção do CPC 47/IFRS 15, não resultou em impactos nas demonstrações financeiras, visto que o critério de reconhecimento de receita adotado pela Companhia já encontrava-se em linha aos requisitos da nova norma. Em relação ao CPC 48/IFRS 9, a Companhia avaliou a classificação dos seus instrumentos financeiros em 1º de janeiro de 2018, e realizou a reclassificação dos mesmos conforme requerido pelo IFRS 9/CPC 48, não houve necessidade de reclassificação dos passivos financeiros, as alterações dos ativos financeiros estão demonstradas abaixo:

	Controladora			01/01/18 - IFRS 19 / CPC 48	
	31/12/2017 - IAS 39 / CPC 38			Custo Amortizado	Valor justo através do resultado
	Empréstimos e recebíveis	Outros Ativos Financeiros	Outros passivos financeiros		
Ativos Financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	174	-	-	-	174
Contas a receber de clientes	-	1.789	-	1.789	-
Contas a receber de partes relacionadas	-	5.751	-	5.751	-
	<u>174</u>	<u>7.540</u>	<u>-</u>	<u>7.540</u>	<u>174</u>
Passivos Financeiros					
Fornecedores	-	-	154	154	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>154</u>	<u>154</u>	<u>-</u>
	<u>174</u>	<u>7.540</u>	<u>154</u>	<u>7.386</u>	<u>174</u>

	Consolidado			01/01/18 - IFRS 19 / CPC 48	
	31/12/2017 - IAS 39 / CPC 38			Custo Amortizado	Valor justo através do resultado
	Empréstimos e recebíveis	Outros Ativos Financeiros	Outros passivos financeiros		
Ativos Financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	4.299	-	-	-	4.299
Contas a receber de clientes	-	8.350	-	8.350	-
Contas a receber de partes relacionadas	-	750	-	750	-
	<u>4.299</u>	<u>9.100</u>	<u>-</u>	<u>9.100</u>	<u>4.299</u>
Passivos Financeiros					
Fornecedores	-	-	356	356	-
Outras contas a pagar	-	-	83	83	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>439</u>	<u>439</u>	<u>-</u>
	<u>4.299</u>	<u>9.100</u>	<u>439</u>	<u>8.661</u>	<u>4.299</u>

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Em 2017, ocorreram modificações nas seguintes normas e interpretações, conforme destacado abaixo:

A administração da Companhia avaliou e concluiu que não houve impacto decorrente da adoção das novas normas vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes IFRSs foram publicadas, porém não possuem aplicação obrigatória:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 (CPC 46) – Instrumentos financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.
IFRS 16 – Operações em arrendamento mercantil	Estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes na transação.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.
IFRS 15 / CPC47 – Receita de Contrato com Cliente	Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

Em 2016, o CPC emitiu o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), novo pronunciamento contábil que trata do reconhecimento de receita, com aplicação inicial para os exercícios ou períodos iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia reconhece atualmente a receita referente aos contratos com clientes, utilizando a metodologia do POC (Percentage of Completion Method), que consiste no reconhecimento da receita com base no custo de construção incorrido ao longo da execução da obra, seguindo as disposições da Orientação Técnica OCPC 04 – Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em 10 de janeiro de 2018, emitiu OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 01/2018, informando que a OCPC 04 (R1), refletindo as disposições contidas na CPC 47, ficou em audiência pública durante o ano de 2017, tendo seu processo de emissão suspenso por decisão do CPC em decorrência de consulta formulada ao Comitê de Interpretação do IASB – IFRS IC sobre o reconhecimento da receita, para determinados contratos, serem durante a construção e não em um momento específico quando ocorre a entrega da unidade habitacional. Assim, o referido Ofício orienta que enquanto o processo de discussão da OCPC 04 (R1) não for concluído, a OCPC 04 ora vigente continua a ser adotada, aplicando-se os ajustes que se fizerem necessários em função da vigência da CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia aguarda a solução do tema sobre o critério contábil a ser adotado a partir de 1º de janeiro de 2018, incluindo efeitos correspondentes, se aplicável.

Em relação ao IFRS 9, a administração não identificou efeitos relevantes decorrente de sua adoção.

A Administração ainda não avaliou os efeitos da adoção desses da IFRS 16 nas demonstrações financeiras, mas não espera efeitos relevantes.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Efeitos da adoção das IFRSs e dos CPCs no balanço patrimonial consolidado

A administração da Companhia avaliou e concluiu que não houve impacto decorrente da adoção das novas normas vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, 2018 e de 2017.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Em 31 de dezembro de 2019, houve uma ênfase no relatório dos auditores independentes, as quais estão reproduzidas em sua íntegra, a seguir:

Conforme descrito na Nota Explicativa 2. a), as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados a transferência de controle, segue o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.

Em 31 de dezembro de 2018, houve uma ênfase no relatório dos auditores independentes, as quais estão reproduzidas em sua íntegra, a seguir:

Conforme descrito na Nota Explicativa 2. a), as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados a transferência de controle, segue o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.

Em 31 de dezembro de 2017, houve uma ênfases no relatório dos auditores independentes, as quais estão reproduzidas em sua íntegra, a seguir:

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil

Conforme descrito na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") aplicáveis às Entidades de incorporação imobiliária no Brasil consideram, adicionalmente, a Orientação Técnica OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras editada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Essa orientação técnica trata do reconhecimento da receita desse setor e envolve assuntos relacionados ao significado e aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e controle na venda de unidades imobiliárias, conforme descrito com mais detalhes na nota explicativa nº 3.9. às demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressaltada em razão desse assunto.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5 Políticas contábeis críticas

Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A Companhia registra suas provisões para contingências de acordo com a classificação de seus assessores legais, seguindo o critério legal (provável / possível / remoto). No que se refere a créditos fiscais a Companhia realiza a ativação de tais créditos conforme revisão anual aprovada pelo Conselho de Administração em relação às projeções de utilização de tais créditos.

Como regra geral, na preparação das demonstrações financeiras, são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registros de ativos, passivos e outras operações tais como: as provisões para contingências aqui mencionadas, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para distratos, vida útil dos bens do imobilizado, resultado de incorporação imobiliária e venda de imóveis, e imposto de renda sobre receitas corrente e diferido, classificação de curto e longo prazo, entre outros. Os diretores e principais executivos da Companhia monitoram e revisam periodicamente estas estimativas e premissas a fim de que os valores das mesmas estejam sempre o mais próximo possível dos valores reais resultantes das operações da Companhia.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6 Comentários dos diretores sobre os Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando::

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A Companhia não realizou nos últimos 03 exercícios operações de arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.

A Companhia não realizou nos últimos 03 exercícios operações de carteira de recebíveis sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidade.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Companhia não realizou nos últimos 03 exercícios compra de produtos ou serviços mediante a emissão de contratos futuros.

iv. Contratos de construção não terminada

A Companhia não possui contratos de construção não terminados (não cumpridos) nos últimos 03 exercícios;

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não realizou nos últimos 03 exercícios operações de contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia possui o seguinte item não evidenciado nas demonstrações financeiras dos últimos 03 exercícios;

- Controles Internos

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados é satisfatório na prática de elaboração de suas demonstrações financeiras, assegurando eficiência e precisão. A Companhia usa o sistema Mega, programa ERP que permite uma gestão eficiente de todas as atividades da empresa com foco no desempenho equilibrado e nos processos corporativos.

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia, conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019, 2018 e de 2017 foi efetuado com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

Como resultado desse estudo e avaliação, efetuado na extensão e com os objetivos antes mencionados, foram feitas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos. Na avaliação da Administração, nenhuma das sugestões feitas pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

A Companhia possui o seguinte item não evidenciados nas demonstrações financeiras dos últimos 03 exercícios;

- Controles Internos

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados é satisfatório na prática de elaboração de suas demonstrações financeiras, assegurando eficiência e precisão. A Companhia usa o sistema Mega, programa ERP que permite uma gestão eficiente de todas as atividades da empresa com foco no desempenho equilibrado e nos processos corporativos.

b) Natureza e o propósito da operação;

Os controles internos tem o propósito de monitorar e avaliar os riscos e melhorias durante os processos realizados pela Companhia.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação;

Descrevemos abaixo as deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia, conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019, 2018 e de 2017, foi efetuado com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação, efetuado na extensão e com os objetivos antes mencionados, foram feitas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos. Na avaliação da Administração, nenhuma das sugestões feitas pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

10.8 - Plano de Negócios

10.8 Comentários dos diretores indicando os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

i) Investimentos, incluindo; (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

Para desenvolvermos nosso plano de negócios que consiste na prestação de serviço de construção, gerenciamento de construção e incorporação de empreendimentos imobiliários, são necessárias fontes de investimento. As principais fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são as linhas de crédito obtidas com bancos e outras instituições financeiras.

Não houve e não há planejamento de desinvestimentos.

ii) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não houve aquisições de terrenos, plantas, equipamentos, ou outros ativos relevantes.

iii) Novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)

A Companhia possui novos projetos em desenvolvimento e busca parceiros financeiros com a objetivo de possuir participação societária minoritária em projetos imobiliários residencias, pois, conforme descrito na alínea "a" do subitem 10.8, o foco dos negócios da Companhia é prestação de serviço de construção, gerenciamento de construção e incorporação de empreendimentos imobiliários.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção 10.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1 As projeções devem identificar;

- a. Objeto da projeção**

- b. Período projetado e o prazo de validade da projeção**

- c. Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle**

- d. Valores dos indicadores que são objeto da previsão**

Item não aplicável ao emissor.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Item não aplicável ao emissor.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12. ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO

12.1 Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:

- a. **Atribuições do Conselho de Administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao Conselho de Administração, indicando:**
 - i. Se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados;
 - ii. Se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto;
 - iii. De que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado;

Conforme consta no capítulo III do Estatuto Social da Companhia, a sua estrutura administrativa se organiza mediante o Conselho de Administração e Diretoria que não possuem regimento interno:

Artigo 6º - A sociedade será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria. Parágrafo Primeiro - O Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, todos acionistas e residentes no País, entre os quais um Presidente. Parágrafo Segundo A Diretoria será constituída de no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo, um Diretor Técnico e os demais sem denominação específica de cargos, sendo que um dos membros da Diretoria será indicado para a função de Diretor de Relações com o Mercado. a) Até um terço (1/3) dos membros do Conselho de Administração poderá ser eleito para a Diretoria. b) As funções de Diretor técnico sempre serão exercidas por profissional devidamente habilitado, com ampla e total autonomia no exercício de suas atribuições, observadas as prescrições legais. c) Na inexistência de um membro da Diretoria para o cargo de Diretor Técnico, tais funções serão exercidas pelo Diretor Presidente, que acumulará os cargos de Diretor Presidente e de Diretor Técnico, preenchendo todos os requisitos constantes da alínea "b".

Artigo 7º - Os membros do Conselho de Administração serão eleitos com a composição referida do parágrafo primeiro do artigo anterior, pela Assembleia Geral Ordinária e terão seus mandatos fixados pelo prazo de 3 (três) anos, expirando-se na data da Assembleia Geral Ordinária do terceiro ano subsequente ao ato da sua eleição e poderão ser reeleitos, isolada ou conjuntamente. Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração tomarão posse assinando, individualmente, o respectivo termo no Livro de Atas de Reuniões desse mesmo órgão e o prazo de gestão do Conselho de Administração se estenderá até a investidura dos novos administradores eleitos. Parágrafo Segundo - O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado pelo seu Presidente e deliberará com a presença de 2 (dois) membros no mínimo. Parágrafo Terceiro - Nos casos de empate nas deliberações do Conselho de Administração, será vitoriosa a proposta em favor da qual se encontrar o voto do Presidente. Parágrafo Quarto - O Presidente do Conselho de Administração será substituído, nos casos de afastamento temporário ou definitivo, e nos impedimentos legais, por qualquer um de seus membros, escolhidos através de votação em reunião convocada especialmente para esse fim. Parágrafo Quinto - No caso de vacância do cargo de Conselheiro, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição dos cargos então vagos, assumindo os novos Conselheiros esses cargos até o final do mandato dos Conselheiros então remanescentes. Parágrafo Sexto - Quando a eleição dos membros do Conselho de Administração houver sido realizada pelo processo de voto múltiplo, a mesma se fará para todo o colegiado, nada impedindo que os membros então remanescentes sejam reeleitos.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Artigo 8º - Compete ao Conselho de Administração: a) fixar a orientação geral dos negócios da sociedade; b) eleger e destituir os diretores da sociedade; c) criar órgãos técnicos e consultivos, regulando-os e fixando suas atribuições; d) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; e) manifestar-se sobre o relatório da administração e das contas da Diretoria; f) deliberar sobre a emissão de ações; g) autorizar a alienação de bens imóveis do ativo fixo, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros; h) distribuir, individualmente, a cada um dos Conselheiros e Diretores, o valor de seus honorários e a participação nos lucros da sociedade; i) praticar os demais atos previstos na lei como de sua competência; j) deliberar acerca das aquisições de ações da Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e, posterior alienação. Parágrafo Único - Compete ao Presidente do Conselho de Administração convocar as Assembleias Gerais dos Acionistas da sociedade.

Artigo 9º - A Assembleia Geral, ao eleger o Conselho de Administração, fixará os honorários globais do órgão, em conjunto com a Diretoria. Parágrafo Único - Ocorrendo a substituição de membros do Conselho de Administração e da Diretoria, os substitutos terão seus honorários fixados pelo Conselho de Administração.

A Companhia informa ainda que não possui comitê de auditoria estatutário.

O Conselho de Administração da Companhia avalia o trabalho da auditoria independente, mas não possui uma política formal de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente.

- b. em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Diretoria será constituída de no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) membros, e não possui regimento interno próprio, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo, um Diretor Técnico e os demais sem denominação específica de cargos, sendo que um dos membros da Diretoria será indicado para a função de Diretor de Relações com o Mercado. Até um terço (1/3) dos membros do Conselho de Administração poderá ser eleito para a Diretoria. As funções de Diretor Técnico sempre serão exercidas por profissional devidamente habilitado, com ampla e total autonomia no exercício de suas atribuições, observadas as prescrições legais. Na inexistência de um membro da Diretoria para o cargo de Diretor Técnico, tais funções serão exercidas pelo Diretor Presidente, que acumulará os cargos de Diretor Presidente e de Diretor Técnico, preenchendo todos os requisitos do cargo.

Artigo 10º - Os Diretores da sociedade serão eleitos, com a composição referida no parágrafo segundo do artigo sexto deste estatuto, pelo Conselho de Administração, na mesma data da eleição dos membros desse órgão e terão seus mandatos fixados por prazo idêntico. Parágrafo Primeiro - Os Diretores tomarão posse assinando individualmente o respectivo termo no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria e permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos. Parágrafo Segundo - A substituição e destituição de qualquer Diretor far-se-á mediante a deliberação do Conselho de Administração, a qualquer tempo, através de reunião de seus membros. Parágrafo Terceiro - No caso de vacância de qualquer cargo na Diretoria, o substituto será nomeado pelo Conselho de Administração e ficará no cargo até o término do mandato dos demais Diretores. Parágrafo Quarto - Os Diretores não são obrigados a prestar qualquer garantia de gestão.

Artigo 11º - Compete à Diretoria a representação da sociedade e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento regular.

Artigo 12º - Os membros da Diretoria, observadas as atribuições e poderes conferidos pelo estatuto e pelo Conselho de Administração, podem praticar isoladamente atos regulares de gestão e administração tendentes a alcançar os fins sociais. Parágrafo Único - Compete ao Diretor Presidente, além das

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

atribuições do "caput" deste artigo, convocar, presidir as reuniões da Diretoria; distribuir as funções de seus membros; dar o voto de qualidade em caso de empate nas decisões da Diretoria.

Artigo 13º - A Sociedade deverá necessariamente ser representada por dois Diretores em conjunto, por um Diretor em conjunto com um procurador, ou por dois procuradores em conjunto. Parágrafo Único - Será admitida a representação isolada, obrigando-se validamente a sociedade, nos casos seguintes: (i) por um Diretor, no ato de receber e dar quitação de valores, em nome da sociedade; (ii) por um procurador, desde que o mandato tenha expresso o poder do mesmo agir isoladamente.

Artigo 14º - A sociedade poderá constituir procuradores, devendo o instrumento de mandato especificar os poderes do mandatário para agir isoladamente ou em conjunto com um Diretor ou outro procurador, bem como determinar o prazo de validade, que não ultrapassará o ano civil da outorga, executados os mandatos conferidos no mês de dezembro, os quais poderão vigor até o final do ano civil seguinte. Parágrafo Único - Os mandatos "ad judicium" serão conferidos com prazo indeterminado.

Conforme consta em Estatuto Social, compete à Diretoria a representação da sociedade e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento regular.

- c. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Conforme consta no capítulo IV do Estatuto Social da Companhia, a Companhia não tem um Conselho Fiscal permanente e também não possui regimento interno próprio, sendo certo que a sua estrutura define-se da seguinte forma:

Artigo 16º - O Conselho Fiscal compõe-se de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de 3 (três) a 5 (cinco) suplentes, residentes no país, acionistas ou não, cada um com a qualificação mínima exigida por lei.

Artigo 17º - Aos membros do Conselho Fiscal competem as atribuições que lhes são conferidas por lei.

Artigo 18º - O Conselho Fiscal somente entrará em funcionamento mediante pedido de acionistas, de acordo com as disposições legais, instalando-se pela Assembleia Geral que eleger seus membros e respectivos suplentes, cujos mandatos expirar-se-ão na data da primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação.

Artigo 19º - A Assembleia Geral que eleger o Conselho Fiscal fixará os honorários mensais a cada um dos membros efetivos quando no exercício de suas funções. Parágrafo Único - Quando o membro efetivo do Conselho estiver afastado de suas funções, os respectivos honorários serão atribuídos ao suplente, se o estiver substituindo.

- d. se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:**
- i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros**
 - ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação**
 - iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e**
 - iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos**

Não se aplica.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2 Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:

a. Prazos de convocação

A Lei das Sociedades por Ações exige que todas as Assembleias Gerais da Companhia sejam convocadas mediante três publicações no Diário Oficial do Estado de São Paulo, veículo oficial do Governo do Estado de São Paulo, bem como em outro jornal de grande circulação. Até a assembleia geral ordinária realizada em 17 de março de 2013, a Companhia utilizava o jornal Empresas & Negócios, porém optaram os acionistas em assembleia pela troca do jornal eletivo para as publicações legais passando a utilizar o Jornal Diário Comercial (com maior visibilidade e menor custo).

A primeira convocação deve ser feita, no mínimo, 15 dias antes da realização da Assembleia Geral. A CVM poderá, todavia, a pedido de qualquer acionista e ouvida a Companhia, em determinadas circunstâncias, requerer que a primeira convocação para as assembleias gerais seja feita em até 30 dias antes da realização da respectiva Assembleia Geral.

b. Competências

São matérias de Assembleia Geral estabelecidas pela Lei das Sociedades Anônimas e pelo Estatuto Social:

- a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- b) Eleger os administradores e os membros do conselho fiscal, quando for o caso;
- c) Fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- d) Reformar o Estatuto Social;
- e) Deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia;
- f) Atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- g) Aprovar o Plano de Opção de Compra de Ações;
- h) Deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;
- i) Eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- j) Deliberar a saída da Companhia do Novo Mercado;
- k) Deliberar o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;
- l) Escolher empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração;
- m) Deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração; e
- n) Deliberar sobre a emissão de debêntures, observado o disposto na Lei de Sociedades por Ações.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembléia geral estarão à disposição dos acionistas para análise.

Os endereços nos quais os documentos relativos à Assembléia Geral estarão à disposição dos acionistas para análise são:

Físico: Rua Joaquim Floriano, 466 – Edifício Corporate, 2º Andar, Itaim Bibi, CEP 04534-002 - São Paulo/SP

Eletrônico:

[i] www.cvm.gov.br

[ii] <http://www.lindenberg.com.br/investidores>

d. Identificação e administração de conflitos de interesses.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

A Companhia não adota mecanismo específico para administrar eventuais conflitos de interesses nas Assembleias Gerais, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

e. Solicitações de procurações pela administração para o exercício do direito de voto.

A Companhia não adota procedimento específico para a outorga de procurações dos membros do conselho de administração, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

f. formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

A Companhia solicita ao acionista que desejar ser representado por procurador, o depósito, na sede da Companhia, do respectivo instrumento de mandato, com a firma reconhecida, com poderes específicos e orientação de voto para votação na Assembleia, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia.

g. formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância poderá, alternativamente, fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar os seguintes documentos à Rua Joaquim Floriano, nº 466, 2º andar, Edifício Corporate, Itaim Bibi, CEP 04534-002, São Paulo/SP, Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores:

- (i) Boletim devidamente preenchido, rubricado em todas as páginas e assinado (não sendo possível assinatura por certificado digital) com a firma dos signatários devidamente reconhecida; e
- (ii) cópia autenticada dos seguintes documentos:

- para pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista;
- para pessoas jurídicas: (a) último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (b) documento de identidade com foto do representante legal; e
- para fundos de investimento: (a) último regulamento consolidado do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (c) documento de identidade com foto do representante legal.

O acionista pode também, se preferir, enviar as vias digitalizadas deste boletim e dos documentos acima mencionados para o endereço eletrônico ri@lindenberg.com.br sendo que, nesse caso, também será necessário o envio da via original do boletim de voto e da cópia autenticada dos documentos requeridos com pelo menos 7 dias de antecedência, no endereço da sede da companhia.

A Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas. Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

O boletim e demais documentos comprobatórios deverão ser protocolados na Companhia em até 7 dias antes da data da Assembleia

h. se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico específico para recebimento de boletim de voto à distância ou participação a distância da Assembleia.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

- i. **instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância**

Caso o acionista queira incluir propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração ou do conselho fiscal no boletim de voto à distância, será necessário apresentar tais propostas conforme a regulamentação vigente, em especial, nos prazos lá estabelecidos e juntamente com os documentos nela referidos.

- j. **se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias**

A Companhia não mantém fóruns nem páginas na rede mundial de computadores destinados a receber comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

- k. **Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância**

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia, observadas as regras por esses determinadas, que, por sua vez, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal. Nos termos da IN CVM 481, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim para seus agentes de custódia em até 7 dias antes da data de realização da Assembleia, salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia. Vale notar que, conforme determinado pela Instrução CVM nº 481, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3 Descrever regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração, indicando:

- a. número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias**

O Conselho de Administração da Companhia se reuniu 4 (quatro) vezes durante o exercício social de 2019:

Data	Objeto	Matéria
18/03/2019	Aprovação de Contas e convocação da Assembleia Geral	Ordinária
24/04/2019	Eleição dos Diretores da Sociedade.	Ordinária
04/10/2019	Aprovação de Joint Venture e garantias para controladas	Extraordinária
16/12/2019	prestar garantia de aval para a sua controlada	Extraordinária

- b. Se existirem as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho**

Não aplicável

- c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesse**

Nos casos de empate nas deliberações do Conselho de Administração, será vitoriosa a proposta em favor da qual se encontrar o voto do Presidente nos termos do Estatuto Social.

- d. se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:**

- i. órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**
- ii. principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros**

Não aplicável

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4 Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e a Companhia por meio de arbitragem.

Não se aplica.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
ADOLPHO LINDENBERG FILHO	02/08/1955	Pertence apenas à Diretoria	24/04/2019	3 anos (até AGO/2022)	27
004.219.258-76	ENGENHEIRO	13 - Diretor Presidente / Diretor de Relações com Investidores	24/04/2019	Sim	0.00%
DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES E DIRETOR ADMINISTRATIVO					
SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ	10/02/1975	Pertence apenas à Diretoria	24/04/2019	3 anos (até AGO/2022)	9
757.342.495-72	ENGENHEIRO CIVIL	19 - Outros Diretores	24/04/2019	Sim	0.00%
DIRETOR TÉCNICO		DIRETOR TÉCNICO			
ADOLPHO LINDENBERG	03/06/1924	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/04/2019	3 anos (até AGO/2022)	41
002.442.108-10	ENGENHEIRO	20 - Presidente do Conselho de Administração	24/04/2019	Sim	100.00%
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
MARCELO HADDAD BUAZAR	08/04/1961	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/04/2019	3 anos (até AGO/2022)	0
040.011.888-21	Administrador de empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	24/04/2019	Sim	100.00%
MEMBRO EFETIVO DO CONSELHO					
MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA	23/03/1982	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	24/04/2019	3 anos (ate AGO/2022)	0
224.468.838-00	Engenheiro	39 - Outros Conselheiros / Diretores	24/04/2019	Sim	100.00%
MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETOR FINANCEIRO		DIRETOR FINANCEIRO			
Experiência profissional / Critérios de Independência					
ADOLPHO LINDENBERG FILHO - 004.219.258-76					

Adolpho Lindenberg Filho, formado em Engenharia Civil pela Universidade Mackenzie em 1978, iniciou sua carreira nos escritórios da Construtora Adolpho Lindenberg em 1981 passando por diversos setores da empresa até tornar-se sócio diretor em 1985.

Eu, Adolpho Lindenberg Filho, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG 4.289.745-2 SSP/SP, CPF/MF 004.219.258-76, com escritório nesta Capital, na sede da empresa, eleito para ocupar o cargo de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro da Construtora Adolpho Lindenberg S.A., sociedade por ações, com sede localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, Edifício Corporate, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.022.042/0001-18, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo NIRE 35.300.067.827 ("Companhia"), conforme da Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de março de 2016, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao meu cargo, de acordo com a lei aplicável e o Estatuto Social da Companhia, pelo que firmo este Termo de Posse. Declaro, outrossim, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que me impeçam de exercer a atividade empresária, estando ciente do disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76. Finalmente, declaro que atendo aos requisitos estabelecidos no artigo 162 da Lei nº 6.404/76.

SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ - 757.342.495-72

Formado em 1997 em Engenharia Civil pela escola politécnica da Universidade Federal da Bahia. Durante a sua vida profissional atendeu vários cursos na área imobiliária, inclusive MBA em gestão imobiliária pela FAAP/SP. Atua há mais de 20 anos em empresas incorporadoras/construtoras, exercendo os cargos de Gerente de Obras, Gerente Geral de Obras, Gerente Técnico e Diretor de Operações.

Eu, Sérgio Garrido Cincurá, engenheiro civil, brasileiro, casado, titular da cédula de identidade RG nº 04.701.198-02, inscrito no CPF/MF sob o número 757.342.495-72, com domicílio comercial na sede da Companhia, eleito para ocupar o cargo de Diretor Técnico da Construtora Adolpho Lindenberg S.A., sociedade por ações, com sede localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, Edifício Corporate, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.022.042/0001-18, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo NIRE 35.300.067.827 ("Companhia"), conforme da Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de março de 2016, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao meu cargo, de acordo com a lei aplicável e o Estatuto Social da Companhia, pelo que firmo este Termo de Posse. Declaro, outrossim, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que me impeçam de exercer a atividade empresária, estando ciente do disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76. Finalmente, declaro que atendo aos requisitos estabelecidos no artigo 162 da Lei nº 6.404/76.

ADOLPHO LINDENBERG - 002.442.108-10

Formado em Engenharia e Arquitetura pela Universidade Mackenzie 1949, seus primeiros trabalhos foram a reconstrução de antigas sedes de fazendas pelos arredores de Valinhos e Campinas onde procurou estudar o estilo colonial. Na década de 50, construiu perto de 200 casas residenciais no estilo colonial Paulista e o barroco mineiro.

Na década de 50 fundou a Construtora Adolpho Lindenberg que na década seguinte, tornou-se a primeira Construtora de Capital aberto no País, com mais de 500 edifícios construídos.

Eu, Adolpho Lindenberg, indicado para o cargo de membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial.

MARCELO HADDAD BUAZAR - 040.011.888-21

Administrador de empresas formado pela FGV – Fundação Getúlio Vargas em 1982. Trabalhou na área de marketing da Unilever entre 1983 e 1992. Atuou como Diretor da Bain & Company de 1997 a 2008. Assumiu o cargo de Diretor Administrativo da Controladora LDI Desenvolvimento Imobiliário S/A em 2009 onde permanece até a presente data.

MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA - 224.468.838-00

Engenheiro Civil formado pela USP – Universidade de São Paulo em 2007. Atua no Grupo Econômico da Controladora LDI Desenvolvimento Imobiliário S/A desde 2004, assumindo o cargo de Diretor Financeiro em 2013. Atuou como Conselheiro da REP – Real Estate Partners Desenvolvimento Imobiliário S/A entre 2015 e 2016, e depois como diretor desta companhia desde então até a presente data.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

ADOLPHO LINDENBERG FILHO - 004.219.258-76

N/A

SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ - 757.342.495-72

N/A

ADOLPHO LINDENBERG - 002.442.108-10

N/A

MARCELO HADDAD BUAZAR - 040.011.888-21

N/A

MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA - 224.468.838-00

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

Administrador do emissor ou controlada

ADOLPHO LINDENBERG FILHO Conselheiro	004.219.258-76	Construtora Adolpho Lindenberg SA	61.022.042/0001-18	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
---	----------------	-----------------------------------	--------------------	--

Pessoa relacionada

ADOLPHO LINDENBERG Presidente de Conselho	002.442.108-10	Construtora Adolpho Lindenberg SA	61.022.042/0001-18	
--	----------------	-----------------------------------	--------------------	--

Observação

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2019Administrador do Emissor

ADOLPHO LINDENBERG FILHO	004.219.258-76	Subordinação	Controlada Direta
--------------------------	----------------	--------------	-------------------

Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.

Pessoa Relacionada

LINDENBERG SÃO PAULO INCORPORADORA LTDA	06.138.869/0001-83		
---	--------------------	--	--

Administrador

ObservaçãoAdministrador do Emissor

ADOLPHO LINDENBERG FILHO	004.219.258-76	Prestação de serviço	Controlador Direto
--------------------------	----------------	----------------------	--------------------

Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.

Pessoa Relacionada

CAL CONSTRUTORA E SERVIÇOS DE MÃO DA OBRA LTDA.	06.152.137/0001-48		
---	--------------------	--	--

Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.

ObservaçãoAdministrador do Emissor

ADOLPHO LINDENBERG FILHO	004.219.258-76	Subordinação	Controlada Direta
--------------------------	----------------	--------------	-------------------

Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.

Pessoa Relacionada

ADOLPHO LINDENBERG CONSTRUTORA LTDA.	60.665.379/0001-80		
--------------------------------------	--------------------	--	--

Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função ADOLPHO LINDENBERG FILHO Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo	004.219.258-76	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Lindenberg Investimentos Ltda. Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo	32.218.933/0001-46		
Observação			

Administrador do Emissor ADOLPHO LINDENBERG FILHO Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo	004.219.258-76	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada LINDENHOUSE COMERCIALIZAÇÃO PRIVATE LTDA Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo	09.123.487/0001-74		
Observação			

Administrador do Emissor SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ Diretor técnico	757.342.495-72	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Lindenberg Investimentos Ltda. Diretor técnico	32.218.933/0001-46		
Observação			

Administrador do Emissor SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ Diretor técnico	757.342.495-72	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função LINDENBERG SÃO PAULO INCORPORADORA LTDA Diretor técnico Observação	06.138.869/0001-83		
<hr/>			
Administrador do Emissor SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ Diretor técnico Pessoa Relacionada CAL CONSTRUTORA E SERVIÇOS DE MÃO DA OBRA LTDA. Diretor técnico Observação	757.342.495-72	Subordinação	Controlada Direta
<hr/>			
Administrador do Emissor SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ Diretor técnico Pessoa Relacionada ADOLPHO LINDENBERG CONSTRUTORA LTDA. Diretor técnico Observação	757.342.495-72	Subordinação	Controlada Direta
<hr/>			
Administrador do Emissor SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ Diretor técnico Pessoa Relacionada LINDENHOUSE COMERCIALIZAÇÃO PRIVATE LTDA Diretor técnico Observação	757.342.495-72	Subordinação	Controlada Direta
<hr/>			
Administrador do Emissor SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ Diretor técnico Pessoa Relacionada LINDENHOUSE COMERCIALIZAÇÃO PRIVATE LTDA Diretor técnico Observação	09.123.487/0001-74		

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do Emissor</u>			
SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ Diretor técnico	757.342.495-72	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SIEBENLIND REAL ESTATE INVESTIMENTOS LTDA. Diretor técnico	33.856.131/0001-24		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA Diretor financeiro	224.468.838-00	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Lindenberg Investimentos Ltda. Diretor financeiro	32.218.933/0001-46		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA Diretor financeiro	224.468.838-00	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LINDENBERG SÃO PAULO INCORPORADORA LTDA Diretor financeiro	06.138.869/0001-83		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA	224.468.838-00	Subordinação	Controlada Indireta

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Diretor financeiro			
Pessoa Relacionada ADOLPHO LINDENBERG CONSTRUTORA LTDA.	60.665.379/0001-80		
Diretor financeiro			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA	224.468.838-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor financeiro			
Pessoa Relacionada CAL CONSTRUTORA E SERVIÇOS DE MÃO DA OBRA LTDA.	06.152.137/0001-48		
Diretor financeiro			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA	224.468.838-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor financeiro			
Pessoa Relacionada LINDENHOUSE COMERCIALIZAÇÃO PRIVATE LTDA	09.123.487/0001-74		
Diretor financeiro			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA	224.468.838-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor financeiro			
Pessoa Relacionada SIEBENLIND REAL ESTATE INVESTIMENTOS LTDA.	33.856.131/0001-24		

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Diretor financeiro

Observação

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11 Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia não possuem Seguro de Responsabilidade Civil que preveja o pagamento ou reembolso de despesas suportadas por eles decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à própria Companhia.

12.12 - Outras informações relevantes

12.13 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Item não aplicável a Companhia.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia paga remuneração fixa e variável aos seus administradores, conforme o caso. Nas subsidiárias, há plano de participação nos lucros e resultados para o pagamento de remuneração variável aos colaboradores com base em avaliação individual de desempenho e alcance de metas, com o objetivo de alinhar os interesses da Companhia e de suas subsidiárias com os de seus colaboradores, de forma a estimular o comprometimento destes, atraindo e mantendo profissionais qualificados, melhorando a gestão dos negócios da Companhia e o desempenho dos colaboradores no exercício de suas funções e a permanência de tais colaboradores nos postos ocupados.

b) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração recebem remuneração fixa mensal pelo desempenho de suas funções (pró-labore), sendo que o Presidente do Conselho faz jus aos benefícios de plano de vida, plano de saúde e convênio farmácia.

Diretoria Estatutária

Os membros da diretoria estatutária recebem pró-labore fixo mensal e variável anual de acordo com os resultados da Companhia. O objetivo de cada elemento da remuneração dos diretores estatutários é incentivar o alinhamento de interesses destes com as metas da Companhia, de forma a estimular o comprometimento dos mesmos com os negócios da Companhia, melhorar os desempenhos destes nos exercícios de suas funções e também atrair e manter profissionais altamente qualificados.

ii. proporção de cada elemento na remuneração total

Este subitem não se aplica aos membros do Conselho de Administração, tendo em vista que o único elemento de suas respectivas remunerações é um salário fixo mensal.

Com relação à Diretoria Estatutária, é possível afirmar que não existe um percentual definido para cada elemento (proporção sobre o total aprovado pelos acionistas para a remuneração da administração).

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Não há metodologia de cálculo e de reajuste específico para cada um dos elementos. O pró-labore fixo mensal poderá ser reajustado de acordo com os percentuais dos dissídios coletivos.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Conforme descrito na alínea “i” acima, as razões para composição da remuneração são o incentivo na melhoria da nossa gestão, melhorar o desempenho dos membros da Diretoria no exercício de suas funções e a permanência dos nossos executivos, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os indicadores de desempenho são o alcance de: (a) metas operacionais e financeiras, tais como: (i) volume geral de obras contratadas; (ii) volume geral de obras entregues; (iii) EBITDA; e (iv) lucro líquido, e (b) desempenho individual, tais como: (i) autonomia; (ii) iniciativa; (iii) capacidade de planejamento; (iv) comprometimento; (v) comunicação; (vi) flexibilidade; (vii) habilidade de relacionamento; (viii) negociação; (ix) solução de problemas; (x) trabalho em equipe; e (xi) entre outros. Ademais, a remuneração dos administradores também é baseada na avaliação individual, que leva em conta a iniciativa, pró-atividade, poder de tomada de decisões, postura profissional e o relacionamento interpessoal.

d) estrutura da remuneração para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A determinação de um montante de remuneração global para administradores da Companhia e subsidiárias atrelada a um retorno sobre o patrimônio líquido da Companhia é a estrutura designada para vincular a remuneração variável, paga aos colaboradores das subsidiárias e da Companhia de forma geral, e o desempenho de lucratividade.

Desta forma, a parcela variável da remuneração dos nossos administradores está vinculada ao desempenho da Companhia no período em questão.

e) alinhamento da política ou prática de remuneração aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

Em uma perspectiva de curto prazo, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio de salários compatíveis com o mercado.

Em médio prazo, visamos obter tal alinhamento por meio do pagamento de variável anual de acordo com os resultados da Companhia a determinados colaboradores.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

O formato da remuneração acima descrito procura incentivar os colaboradores a buscar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela Companhia, de tal maneira a alinhar os interesses destes com os da Companhia, em longo prazo.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Parte da remuneração variável anual e fixa da diretoria estatutária da Companhia é suportada por intermédio da CAL – Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda. (“CAL MO”), controlada direta da Companhia.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

Não aplicável.

h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Não aplicável.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Não aplicável.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00		6,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00		6,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	63.104,00	1.980.000,00		2.043.104,00
Benefícios direto e indireto	74.113,00	396.000,00		470.113,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	12.621,00	183.060,00		195.681,00
Descrição de outras remunerações fixas	Outras Despesas INSS / FGTS Encargos Trabalhistas	Outras Despesas INSS / FGTS Encargos Trabalhistas		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.000.000,00		4.000.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	149.838,00	6.559.060,00		6.708.898,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00		6,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00		6,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	63.104,00	507.590,00		570.694,00
Benefícios direto e indireto	74.114,00	52.431,00		126.545,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	12.621,00	125.644,00		138.265,00

Descrição de outras remunerações fixas	Outras Despesas INSS / FGTS Encargos Trabalhistas	Outras Despesas INSS / FGTS Encargos Trabalhistas		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	220.000,00	2.780.000,00		3.000.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00		5,00
Nº de membros remunerados	3,00	2,00		5,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	101.864,00	462.795,00		564.659,00
Benefícios direto e indireto	87.135,00	53.236,00		140.371,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	15.339,00	120.776,00		136.115,00
Descrição de outras remunerações fixas	Outras Despesas INSS / FGTS Encargos Trabalhistas	Outras Despesas INSS / FGTS Encargos Trabalhistas		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	204.339,00	636.807,00		841.146,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00		5,00
Nº de membros remunerados	3,00	2,00		5,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	92.021,00	464.778,00		556.799,00
Benefícios direto e indireto	66.159,00	44.228,00		110.387,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	14.986,00	118.926,00		133.912,00
Descrição de outras remunerações fixas	Outras Despesas INSS / FGTS Encargos Trabalhistas	Outras Despesas INSS / FGTS Encargos Trabalhistas		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00

Observação				
Total da remuneração	173.166,00	627.932,00		896.507,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração variável prevista para exercício social a ser encerrado em 31/12/2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	3	0	6
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	4.000.000	0	4.000.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	3	0	6
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	2.000.000	N/A	2.000.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	N/A	0
Participação nos resultados				

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	N/A	0

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	3	0	6
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	2.000.000	N/A	2.000.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	N/A	0
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	N/A	0

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	0	5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	2.000.000	N/A	2.000.000

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
	Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	N/A	0
Participação nos resultados					
	Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
	Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
	Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	0
	Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	N/A	0

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais
- b. principais objetivos do plano
- c. forma como o plano contribui para esses objetivos
- d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor
- e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
- f. número máximo de ações abrangidas
- g. número máximo de opções a serem outorgadas
- h. condições de aquisição de ações
- i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- j. critérios para fixação do prazo de exercício
- k. forma de liquidação
- l. restrições à transferência das ações
- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável à companhia.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
 - i. data de outorga
 - ii. quantidade de opções outorgadas
 - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
 - iv. prazo máximo para exercício das opções
 - v. prazo de restrição à transferência das ações
 - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - em aberto no início do exercício social
 - perdidas durante o exercício social
 - exercidas durante o exercício social
 - expiradas durante o exercício social
- e. valor justo das opções na data de cada outorga
- f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Não aplicável à Companhia.

13.6 - Opções em Aberto

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação às opções ainda não exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício das opções
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações
 - v. preço médio ponderado de exercício
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- e. em relação às opções exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. prazo máximo para exercício das opções
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. preço médio ponderado de exercício
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
 - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não aplicável à Companhia.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação às opções exercidas informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de exercício
 - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
- e. em relação às ações entregues informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de aquisição
 - iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

Não aplicável à companhia.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. modelo de precificação**
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**
- d. forma de determinação da volatilidade esperada**
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Não Aplicável.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

		31/12/2019			
		Conselho de	Diretoria	Conselho	Total
Sociedade	Categoria	Administração	Estatutária	Fiscal	
Emissor					
Construtora Adolpho Lindenberg S.A.	Ações ordinárias	01	0	0	01
	Ações preferenciais	26	447	0	473
Controladora					
Lindenberg Investimentos Ltda	Quotas	0	16.218.048	0	16.218.048

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. **órgão**
- b. **número de membros**
- c. **número de membros remunerados**
- d. **nome do plano**
- e. **quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar**
- f. **condições para se aposentar antecipadamente**
- g. **valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores**
- h. **valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores**
- i. **se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições**

Não aplicável à Companhia.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	3,00	2,00	2,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	3,00	2,00	2,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	386.019,00	370.930,00	387.587,00	149.838,00	145.818,00	120.266,00
Valor da menor remuneração(Reais)	303.873,00	270.180,00	352.344,00	0,00	33.354,00	15.673,00
Valor médio da remuneração(Reais)	229.964,00	320.555,00	370.100,00	49.946,00	89.586,00	75.806,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não aplicável à Companhia.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019
Percentual	9,05%	12,3%	0%	100%	100%	100%

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não aplicável à Companhia.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Os valores abaixo referidos foram pagos a título de remuneração em função de exercício do cargo na Companhia.

2019

Em Reais mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

2018

Em Reais mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

2017

Em Reais mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	96.184	N/A	96.184
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações relevantes além daquelas prestadas nos itens anteriores.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.1 Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

- a. Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Construtora Adolpho Lindenberg S.A

	2017	2018	2019
Diretor	2	2	3
Estagiário	0	0	0
CLT	0	0	0
Conselheiro	3	3*	3
Total	5	5	6

* O Conselheiro Dr. Arnaldo Vidigal Xavier da Silveira faleceu em 19/09/2018

CAL Construtora e Serviços de Mão de Obra LTDA.

	2017	2018	2019
Diretor	2	2	2
Estagiário	1	11	5
CLT	61	74	75
Total	64	87	82

Todos os funcionários da Companhia estão alocados no Estado de São Paulo.

- b. Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia e suas subsidiárias tiveram no exercício de 2019 a média aproximada de 640 funcionários terceirizados alocados em obras geridas pela companhia. Todas as obras da companhia estão localizadas no Estado de São Paulo.

- c. Índice de rotatividade

	2017	2018	2019
Total	40%	35%	6%

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2 Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item **14.1** acima.

Não se aplica.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3. Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a. política de salários e remuneração variável

Conselheiros

Apenas possuem remuneração fixa, não percebem participação nos resultados.

Diretores e Funcionários

Possui participação nos resultados atrelada a avaliação de desempenho individual.

b. política de benefícios

A Companhia oferece os seguintes benefícios a todos seus funcionários, independente de cargo, função e tempo de serviço com a Companhia: seguro saúde, seguro odontológico, vale refeição, vale alimentação, vale transporte e convênio farmácia.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando:

- i. **grupos de beneficiários**
- ii. **condições para exercício**
- iii. **preços de exercício**
- iv. **prazos de exercício**
- v. **quantidade de ações comprometidas pelo plano**

A companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

A Construtora Adolpho Lindenberg possui como atividade preponderante a Construção Civil, tendo na Cidade de São Paulo o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil de São Paulo – SINTRACON-SP como representante do interesse de seus colaboradores. Não ocorreram paralisações promovidas pelo Sindicato nos últimos 3 exercícios sociais em decorrência das relações entre o emissor e os trabalhadores alocados em suas obras. Não obstante, é comum, a paralisação generalizada do setor quando das negociações do dissídio coletivo.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não existem outras informações relevantes de Recursos Humanos.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Jose Oswaldo Morales Junior						
066.016.438-82	Brasileira-SP	Não	Sim			
Não						
6.383	5,146%	6.564	2,646%	12.947	3,479%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				
Marcos Ribeiro Simon						
042.883.278-49	Brasileira-SP	Não	Sim			
Não						
0	0,000%	19.132	7,712%	19.132	5,141%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				
Lindenberg Investimentos Ltda.						
32.218.933/0001-46	Brasileira-SP	Não	Sim	30/04/2019		
Não						
116.996	94,321%	202.862	81,773%	319.858	85,956%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				
OUTROS						
661	0,533%	19.521	7,869%	20.182	5,424%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL	124.040	100,000%	248.079	100,000%	372.119	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Lindenberg Investimentos Ltda.				32.218.933/0001-46		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
BCME PARTICIPAÇÕES E NEGÓCIOS LTDA.						
06.165.988/0001-25	Brasileira-SP	Não	Sim	30/04/2019		
Não						
6.151.644	27,500	0	0,000	6.151.644	27,500	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
FHB PARTICIPAÇÕES E INCORPORAÇÕES S.A.						
05.380.314/0001-80	Brasileira-SP	Não	Não	30/04/2019		
Não						
6.151.644	27,500	0	0,000	6.151.644	27,500	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA						
224.468.838-00	Brasileira-SP	Não	Sim	30/04/2019		
Não						
5.592.423	25,000	0	0,000	5.592.423	25,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Lindenberg Investimentos Ltda.				32.218.933/0001-46	
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ					
757.342.495-72	Brasileira-SP	Não	Sim	30/04/2019	
Não					
4.473.981	20,000	0	0,000	4.473.981	20,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
22.369.692	100,000	0	0,000	22.369.692	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BCME PARTICIPAÇÕES E NEGÓCIOS LTDA.				06.165.988/0001-25	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
ADOLPHO LINDENBERG FILHO					
004.219.258-76	Brasileira-SP	Não	Não	30/04/2019	
Não					
123.726	99,919	0	0,000	123.726	99,919
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
100	0,081	0	0,000	100	0,081
TOTAL					
123.826	100,000	0	0,000	123.826	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
FHB PARTICIPAÇÕES E INCORPORAÇÕES S.A.				05.380.314/0001-80	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
ANA CRISTINA BUENO PORTA NOVA BUAZAR					
114.251.178-21	Brasileira-SP	Não	Não	30/04/2019	
Não					
25.000	0,040	0	0,000	25.000	0,040
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
FHB CORPORATION					
06.354.275/0001-00	Brasileira-SP	Não	Não	28/12/2007	
Sim	FLAVIO HADDAD BUAZAR		Física	047.806.368-76	
28.166.533	46,640	0	0,000	28.166.533	46,640
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
FLAVIO HADDAD BUAZAR					
047.806.368-76	Brasileira-SP	Não	Sim	30/04/2019	
Não					
3.732.733	6,190	0	0,000	3.732.733	6,190
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
FHB PARTICIPAÇÕES E INCORPORAÇÕES S.A.				05.380.314/0001-80		
LINDENCORP PARTNERS						
06.283.651/0001-12	Cayman, Ilhas	Não	Sim	27/04/2004		
Sim	FLAVIO HADDAD BUAZAR		Física	047.806.368-76		
5.601.293	9,270	0	0,000	5.601.293	9,270	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
PEDROSO ALVARENGA SPE LTDA						
05.495.278/0001-09	Brasileira-SP	Não	Não	08/04/2016		
Não						
3.275.014	5,420	0	0,000	3.275.014	5,420	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
SAF 3 CORPORATION						
10.658.719/0001-78	Anguilla	Não	Não	17/08/2012		
Sim	FLAVIO HADDAD BUAZAR		Física	047.806.368-76		
7.580.745	12,550	0	0,000	7.580.745	12,550	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
FHB PARTICIPAÇÕES E INCORPORAÇÕES S.A.				05.380.314/0001-80		
SANTA BEATRIZ DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO LTDA						
07.898.860/0001-33	Brasileira-SP	Não	Não	02/01/2017		
Não						
12.010.855	19,890	0	0,000	12.010.855	19,890	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
60.392.173	100,000	0	0,000	60.392.173	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
FHB CORPORATION				06.354.275/0001-00		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
ANA CRISTINA BUENO PORTA NOVA BUAZAR						
114.251.178-21	Brasileira-SP	Não	Não			
Não						
25.000	50,000	0	0,000	25.000	50,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
FLAVIO HADDAD BUAZAR						
047.806.368-76	Brasileira-SP	Não	Não			
Não						
25.000	50,000	0	0,000	25.000	50,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
FHB CORPORATION				06.354.275/0001-00	
TOTAL					
50.000	100,000	0	0,000	50.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
LINDENCORP PARTNERS				06.283.651/0001-12		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
FHB CORPORATION						
06.354.275/0001-00	Cayman, Ilhas	Não	Não	27/04/2004		
Sim	FLAVIO HADDAD BUAZAR		Física	047.806.368-76		
50.000	100,000	0	0,000	50.000	100,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
50.000	100,000	0	0,000	50.000	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
PEDROSO ALVARENGA SPE LTDA				05.495.278/0001-09		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
FHB CORPORATION						
06.354.275/0001-00	Cayman, Ilhas	Não	Não	17/08/2012		
Sim	FLAVIO HADDAD BUAZAR		Física	047.806.368-76		
7.499.998	100,000	0	0,000	7.499.998	100,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
7.499.998	100,000	0	0,000	7.499.998	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
SAF 3 CORPORATION				10.658.719/0001-78		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
FHB CORPORATION						
06.354.275/0001-00	Cayman, Ilhas	Não	Não	17/08/2012		
Sim	FLAVIO HADDAD BUAZAR		Fisica	047.806.368-76		
50.000	100,000	0	0,000	50.000	100,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
50.000	100,000	0	0,000	50.000	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
SANTA BEATRIZ DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO LTDA				07.898.860/0001-33		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
FLAVIO HADDAD BUAZAR						
047.806.368-76	Brasileira-SP	Não	Não			
Não						
5.778.355	99,830	0	0,000	5.778.355	99,830	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
10.000	0,170	0	0,000	10.000	0,170	
TOTAL						
5.788.355	100,000	0	0,000	5.788.355	100,000	

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	24/04/2020
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	234
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	10
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

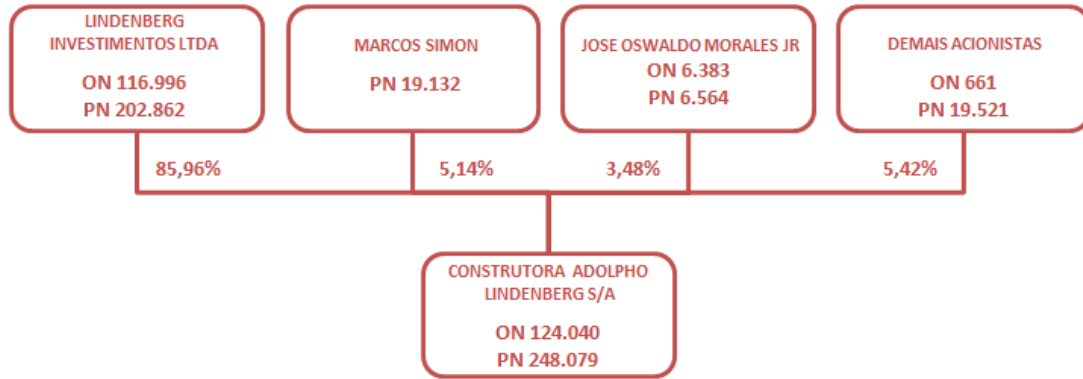
Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	7.044	5,680%
Quantidade preferenciais (Unidades)	45.217	18,230%
Total	52.261	14,040%

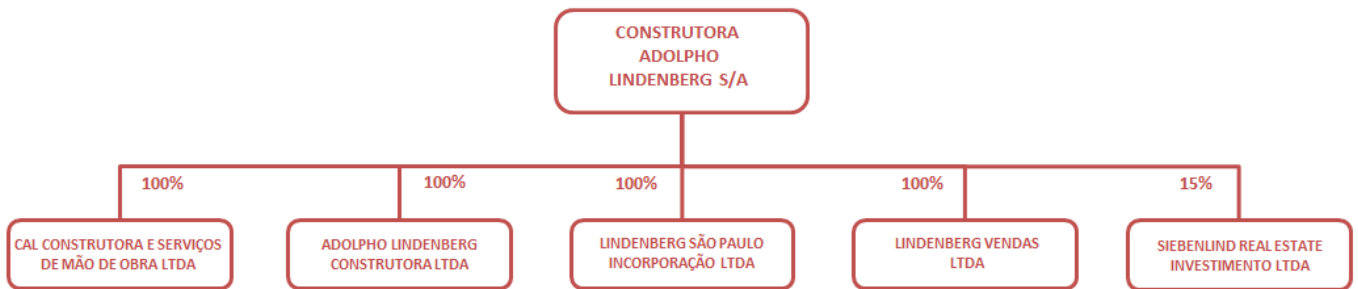
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.4. Inserir organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere, indicando:

a. todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações



b. principais controladas e coligadas do emissor



c. participações do emissor em sociedades do grupo

A Companhia possui participação indireta nas seguintes SPE's, através de sua controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. e Siebenlind Real Estate Investimentos Ltda.:

Amadora Incorporação SPE Ltda.

Participação direta: 0,00%
 Participação indireta: 10,00%
 Descrição : Incorporação de empreendimentos imobiliários

Aosta Incorporação Ltda.

Participação direta: 0,00%
 Participação indireta: 99,99%
 Descrição : Incorporação de empreendimentos imobiliários

Bari Incorporação Ltda.

Participação direta: 0,00%
 Participação indireta: 99,99%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

Descrição : Incorporação de empreendimentos imobiliários

Barolo Incorporação Ltda.

Participação direta: 0,00%

Participação indireta: 99,99%

Descrição : Incorporação de empreendimentos imobiliários

Ferrette Incorporação Ltda.

Participação direta: 0,00%

Participação indireta: 99,99%

Descrição : Incorporação de empreendimentos imobiliários

Forenza Incorporação SPE Ltda.

Participação direta: 0,00%

Participação indireta: 15,00%

Descrição : Incorporação de empreendimentos imobiliários

Laurenza Incorporação SPE Ltda.

Participação direta: 0,00%

Participação indireta: 37,00%

Descrição : Incorporação de empreendimentos imobiliários

Lion Incorporação SPE Ltda.

Participação direta: 0,00%

Participação indireta: 40,00%

Descrição : Incorporação de empreendimentos imobiliários

Monza Incorporação SPE Ltda.

Participação direta: 0,00%

Participação indireta: 15,00%

Descrição : Incorporação de empreendimentos imobiliários

Novara Incorporação Ltda.

Participação direta: 0,00%

Participação indireta: 99,99%

Descrição : Incorporação de empreendimentos imobiliários

SPE Bandeira Incorporação Ltda.

Participação direta: 0,00%

Participação indireta: 49,00%

Descrição : Incorporação de empreendimentos imobiliários

Toliara Incorporação SPE Ltda.

Participação direta: 0,00%

Participação indireta: 30,00%

Descrição : Incorporação de empreendimentos imobiliários

Valencia Incorporação Ltda.

Participação direta: 0,00%

Participação indireta: 50,00%

Descrição : Incorporação de empreendimentos imobiliários

Varese Incorporação Ltda.

Participação direta: 0,00%

Participação indireta: 99,99%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

Descrição : Incorporação de empreendimentos imobiliários

Viseu Incorporação Ltda.

Participação direta: 0,00%

Participação indireta: 99,99%

Descrição : Incorporação de empreendimentos imobiliários

d. participações de sociedades do grupo no emissor

Item não aplicável

e. principais sociedades sob controle comum

Item não aplicável

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5. Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:

a. partes

b. data de celebração

c. prazo de vigência

d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores ou membros de comitês estatutários

f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Não há acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6. Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não houve alterações para os últimos três exercícios sociais.

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7. Descrever as principais operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para o emissor, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, indicando, quando envolver o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas:

a. Evento

Em abril de 2019, houve reorganização societária por meio da qual os acionistas da LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A. (“LDI”), controladora da Companhia, resgataram ações de emissão da LDI, recebendo, como pagamento, ações de emissão da Companhia. Essas ações foram integralmente transferidas para a Lindenberg Investimentos Ltda., que passou a ser a controladora direta da Companhia.

b. principais condições do negócio

Não aplicável, tendo em vista que a operação ocorreu no âmbito dos acionistas controladores da Companhia e houve apenas uma alteração nos veículos de investimento.

c. sociedades envolvidas

As empresas envolvidas nesta reorganização são as acionistas da LDI DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A., a saber, FHB PARTICIPAÇÕES E INCORPORAÇÕES S.A (CNPJ/MF nº 05.380.314/0001-80) e a BCME PARTICIPAÇÕES E NEGÓCIOS LTDA., (CNPJ/MF nº 06.165.988/0001-25) e a nova controladora LINDENBERG INVESTIMENTOS LTDA (CNPJ /MF nº 32.218.933/0001-46).

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

A reorganização não altera o controle indireto e, assim, a estrutura administrativa da Companhia. Não há ingresso de nenhum novo investidor no bloco de controle.

A totalidade da participação acionária da LDI DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A. na Companhia, correspondente a 85,96% do seu capital social foi transferida para a LINDENBERG INVESTIMENTOS LTDA, mantendo-se o mesmo controle indireto.

e. quadro societário antes e depois da operação

Antes

Acionista	% Ações Ordinárias	% Ações Preferenciais	% Total de Ações	Acionista Controlador	Bloco de Controle
LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A.	94,32	81,77	85,96	Sim	Não
Marcos Ribeiro Simon	0	7,71	5,14	Não	Não
José Oswaldo Morales Junior	5,14	2,40	3,32	Não	Não
Outros	0,54	8,12	5,58	Não	Não
Tesouraria	0	0	0	Não	Não
Total	100	100	100	-	-

15.7 - Principais Operações SocietáriasDepois

Acionista	% Ações Ordinárias	% Ações Preferenciais	% Total de Ações	Acionista Controlador	Bloco de Controle
Lindenberg Investimentos Ltda	94,32	81,773	85,95	Sim	Não
Marcos Ribeiro Simon	0	7,712	5,14	Não	Não
José Oswaldo Morales Junior	5,14	2,646	3,47	Não	Não
Outros	0,49	7,637	5,25	Não	Não
Tesouraria	0	0	0	Não	Não
Total	100	100	100	-	-

f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Não aplicável.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não aplicável à Companhia

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.1 Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, os locais em que ela pode ser consultada.

O emissor não possui uma política formal, outrossim, as operações e negócios com partes relacionadas à Companhia são realizadas observando-se a lei, as normas contábeis e os preços e condições usuais de mercado, não gerando, portanto, qualquer benefício ou prejuízo à Companhia ou quaisquer outras partes.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
NABI ANDRADE CONSTRUTORA LTDA.	22/01/2018	712.904,63	R\$1.757.803,65	R\$1.757.803,65	30 meses	SIM	4,000000
Relação com o emissor	Prestador de serviços						
Objeto contrato	Contrato de Mutuo para fazer frente as suas contingências trabalhistas, envolvendo a contratada.						
Garantia e seguros	Imóvel dado em garantia.						
Rescisão ou extinção	O presente instrumento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, na forma da lei.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Mutuo para fazer frente as suas contingências trabalhistas, envolvendo a contratada						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3 Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social:

- (a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e**
- (b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva deliberam sobre todas as operações da Companhia, especialmente aquelas que se deram com partes relacionadas. Ademais, em conformidade com a Lei 6.404/76, qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia está proibido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não aplicável à Companhia

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Autorizado				
31/03/2016	16.000.000,00		124.040	248.079	372.119
Tipo de capital	Capital Integralizado				
31/03/2015	12.000.000,00		124.040	248.079	372.119
Tipo de capital	Capital Integralizado				
30/04/2014	8.000.000,00		124.040	248.079	372.119
Tipo de capital	Capital Integralizado				
30/04/2012	1.116.357,00		124.040	248.079	372.119
Tipo de capital	Capital Integralizado				
20/09/2010	38.969.552,70		124.040	248.079	372.119
Tipo de capital	Capital Integralizado				
30/04/2005	8.969.552,70		23.000	46.000	69.000
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	46.000				

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
20/09/2010	AGE	20/09/2010	98,97	Subscrição particular	101.040	202.079	303.119	77,24000000	98,97	R\$ por Unidade

Capital social por classe ações**Classe ação preferencial****Quantidade ação por classe (Unidades)**

PNA	202.079
-----	---------

Critério para determinação do preço de emissão

O valor foi fixado de acordo com o disposto no Art. 170 paragrafo 1º da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Forma de integralização

Em espécie conforme boletim de subscrição

30/04/2014	AGEO	30/04/2014	6.883.643,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	------	------------	--------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão**Forma de integralização**

31/03/2015	AGE	31/03/2015	4.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	-----	------------	--------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão**Forma de integralização**

22/03/2016	AGOE	22/03/2016	4.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	------	------------	--------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão**Forma de integralização**

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
30/04/2012	30/04/2012	37.852.195,79	0	0	0	97,13520000	0,00

Forma de restituição

O valor da redução de capital aprovado será integralmente destinado para a absorção dos prejuízos acumulados apresentados no balanço patrimonial da Companhia de 31 de dezembro de 2011.

Razão para redução

O valor da redução de capital aprovado será integralmente destinado para a absorção dos prejuízos acumulados apresentados no balanço patrimonial da Companhia de 31 de dezembro de 2011.

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em 22 de março de 2016

O aumento de capital social se deu mediante a destinação do saldo de reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 4.000.000,00, sem a emissão de novas ações da Companhia.

Em 31 de março de 2015

O aumento de capital social se deu mediante a destinação do saldo de reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 4.000.000,00, sem a emissão de novas ações da Companhia.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	<p>Em cada Assembleia Geral Ordinária, o Conselho de Administração deverá fazer uma recomendação acerca da destinação do lucro líquido que tivermos apurado no exercício anterior e da distribuição de dividendos aos nossos acionistas, com base em nossas demonstrações financeiras anuais não consolidadas. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido de uma companhia é definido como o resultado do exercício que remanescer depois de deduzidos os prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores, a provisão para o imposto de renda, contribuição social e quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e administradores.</p> <p>Sempre que registrarmos lucro líquido ao final de cada exercício social, e desde que compatível com a nossa situação financeira, nossos acionistas farão jus ao recebimento de dividendos obrigatórios, podendo, ainda receber juros sobre capital próprio e/ou dividendos intercalares e intermediários.</p>
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Resgatável	
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	<p>De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleias Gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seguintes direitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Direito a participar da distribuição dos lucros; - Direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia; - Direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações, descritas no item "Direito de Preferência" na presente Seção; - Direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; - Direito de votar nas assembleias gerais; e - Direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe A
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	<p>Em cada Assembleia Geral Ordinária, o Conselho de Administração deverá fazer uma recomendação acerca da destinação do lucro líquido que tivermos apurado no exercício anterior e da distribuição de dividendos aos nossos acionistas, com base em nossas demonstrações financeiras anuais não consolidadas. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido de uma companhia é definido como o resultado do exercício que remanescer depois de deduzidos os prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores, a provisão para o imposto de renda, contribuição social e quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e administradores.</p> <p>Sempre que registrarmos lucro líquido ao final de cada exercício social, e desde que compatível com a nossa situação financeira, nossos acionistas farão jus ao recebimento de dividendos obrigatórios, podendo, ainda receber juros sobre capital próprio e/ou dividendos intercalares e intermediários.</p>
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não

18.1 - Direitos Das Ações

Restrição a circulação Não

Resgatável Não

Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleias Gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seguintes direitos:

- Direito a participar da distribuição dos lucros;
- Direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia;
- Direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações, descritas no item "Direito de Preferência" na presente Seção;
- Direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais;
- Direito de votar nas assembleias gerais; e
- Direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2. Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não aplicável à Companhia

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3. Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não aplicável à Companhia

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados**Exercício social 31/12/2019**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/12/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.796	73,00	51,01	R\$ por Unidade	72,56
31/12/2019	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.499	52,00	50,00	R\$ por Unidade	53,13

Exercício social 31/12/2018

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/12/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.000	100,00	100,00	R\$ por Unidade	100,00
31/12/2018	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.770	70,00	55,00	R\$ por Unidade	59,00

Exercício social 31/12/2017

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/12/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	110	110,01	110,01	R\$ por Unidade	110,01
31/12/2017	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	20.118	129,00	99,99	R\$ por Unidade	109,95

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Bônus de Subscrição	0	0	0

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

As ações da Companhia são admitidas a negociação na BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Valor Mobiliário	Identificação do Valor Mobiliário	País	Mercado Valor Mobiliário
Entidade Administradora	Data de admissão	Data de Início listagem	Percentual
Descrição de Segmento de Negociação	Descrição de Proporção de Certificados de Depósito no Exterior		
Descrição do Banco Depositário	Descrição da Instituição Custodiante		
0	0	Brasil	0
N/A	01/01/2019	31/12/2019	0.000000%
Não		Não	
Não		Não	

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9. Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não aplicável a Companhia dado que nos últimos 03 exercicios não foram realizadas ofertas publicas de distribuição efetuadas.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, indicar:

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados
- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição
- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável a Companhia.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11. Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro

1. AQUISIÇÃO DO CONTROLE DA LINDENBERG

1.1 **Contrato de Compra e Venda:** Conforme divulgado em Fato Relevante de 1º de abril de 2008, a LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A., celebrou, na mesma data, com BCME Participações e Negócios Ltda. (“Antigo Controlador”) Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, tendo por objeto a aquisição do controle da Lindenberg, mediante aquisição de participação direta e indireta de 18.555 ações ordinárias, representativas de 80,67% do capital votante e 12.817 ações preferenciais, representativas de 27,86% do capital representado por ações preferenciais, totalizando 45,47% do capital social total da Lindenberg. Assim, a participação total, direta e indireta, no capital social da Lindenberg adquirida pela Ofertante foi de 18.555 ações ordinárias e 12.817 ações preferenciais de emissão da Lindenberg. Adicionalmente, a Ofertante se comprometeu a adquirir do Antigo Controlador, em contrapartida ao compromisso de venda, 1.750 ações ordinárias representativas de 7,61% do capital ordinário e 2,54% do capital total da Lindenberg, atualmente pertencentes ao espólio de Thereza Christina de Oliveira Lindenberg, tão logo ocorra a efetiva transferência de referidas ações para o Antigo Controlador. Com a aquisição das Ações de Controle, a Ofertante passou a deter 80,67% do capital votante e 45,47% do capital total da Lindenberg e, com a aquisição das ações atualmente detidas pelo referido espólio, a Ofertante passará a deter 88,28% do capital votante e 48% do capital total da Lindenberg.

1.1.2 Na data do Contrato de Compra e Venda, a Lindenberg publicou fato relevante comunicando ao mercado sobre a aquisição do controle acionário da Lindenberg e a realização da presente Oferta.

1.2 **Preço de Aquisição:** O preço de aquisição das Ações de Controle (“Preço de Aquisição”) foi de R\$7.473.124,12, o que correspondeu a R\$238,21 por ação ordinária da Lindenberg.

1.3 **Pagamento do Preço de Aquisição:** O pagamento do Preço de Aquisição foi contratado para realizar-se em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data do Contrato de Compra e Venda, em moeda corrente nacional, acrescido da variação acumulada da taxa média de depósitos interfinanceiros (“DI”) calculada *pro rata die*, e juros de 0,3% ao mês.

1.4 **Fixação do Preço no Contrato de Compra e Venda:** A atribuição do mesmo preço para as ações ordinárias e preferenciais no Contrato de Compra e Venda se deu em virtude de não haver, no entendimento das partes, elementos objetivos que pudessem fundamentar a adoção de um valor diferenciado para as diferentes espécies de ação. O Preço de Aquisição foi definido para o controle da Lindenberg, considerando neste bloco a totalidade de ações detidas pela vendedora, que constituíram o objeto do negócio. Adicionalmente, não haveria justificativa para atribuição de valores distintos haja vista que os valores de negociação no mercado das ações preferenciais à época eram inclusive superiores ao valor por ação resultante do Contrato de Compra e Venda.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

2 OFERTA

2.1 **Ações Objeto da Oferta:** Foram objeto da Oferta a totalidade das Ações Ordinárias não detidas pela Ofertante, pelo Espólio de Thereza Christina de Oliveira Lindenberg e pelos Administradores, o que representa um total de 2.692 ações ordinárias de emissão da Lindenberg, representativas de 11,71% do seu capital votante e 3,90% do seu capital social total.

2.2 **Preço da Oferta:** O preço de aquisição das Ações Ordinárias na Oferta (“Preço da Oferta”) foi de R\$190,57 por Ação Ordinária, o que equivale a 80% do valor pago pela Ofertante ao Antigo Controlador pelas ações ordinárias de emissão da Lindenberg, nos termos do artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações.

2.3 **Pagamento do Preço da Oferta:** A todos aqueles que aceitaram a Oferta o Preço da Oferta foi pago à vista, em moeda corrente nacional, atualizado pela variação acumulada da taxa média de DI calculada *pro rata die*, e juros de 0,3% ao mês, calculados *pro rata temporis* até a data da liquidação financeira da Oferta desde a data do Contrato de Compra e Venda (1º de abril de 2008).

2.4 **Conseqüência da Aceitação da Oferta:** Ao aceitar esta Oferta, cada acionista da Lindenberg concordou em dispor e efetivamente transferir à Ofertante a propriedade de suas Ações Ordinárias, incluindo todos os direitos inerentes às mesmas.

2.5 **Oferta com procedimento diferenciado:** Foi aprovada pelo Colegiado da CVM, em reunião realizada em 30 de setembro de 2008, a realização da Oferta com adoção de procedimento diferenciado nos termos do artigo 34 da Instrução CVM n.º 361/02, consistente na dispensa de publicação de Edital da Oferta e de realização de leilão em bolsa de valores.

3. CREDENCIAMENTO PARA ALIENAÇÃO DE AÇÕES

3.1 **Validade:** Referida Oferta permaneceu válida pelo período de 40 dias corridos, contados a partir da data de publicação de Fato Relevante informando sobre o lançamento da Oferta, ou seja, de 13/10/2008 (“Data de Lançamento”) a 21/11/2008. A Oferta se encerrou em 21/11/2008, sendo a liquidada financeira realizada em 25/11/2008 (“Data da Liquidação”).

4. LAUDO DE AVALIAÇÃO

4.1 **Laudo de Avaliação:** Nos termos do artigo 8º da Instrução CVM n.º 361/02 e do seu Anexo III, o Laudo de Avaliação da Lindenberg (“Laudo de Avaliação”) foi elaborado pela PLANCONSULT Planejamento e Consultoria Ltda., com sede na cidade e Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, n.º 13.797, Bloco II, 17º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 51.163.798/0001-23, o qual foi datado de 29 de abril de 2008 e que apurou o preço das ações de emissão da Lindenberg pelo valor econômico da Lindenberg, conforme metodologia de Fluxo de Caixa Livre para o Acionista. Por este critério, foi apurado o valor para a companhia de R\$17.671.000,00 o que corresponde a R\$256,10 por cada ação.

Segue abaixo o valor por ação de acordo com os demais critérios de avaliação previstos no artigo 8º e Anexo III da Instrução CVM 361/02:

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

(i) preço médio ponderado de cotação das ações: de acordo com o descrito no item 6.6, não houve negociações com ações ON da Lindenberg nos anos de 2007 e 2008 até o presente momento. Já no que se refere às ações PN da Lindenberg, observa-se que o preço médio ponderado da cotação no período compreendido entre Janeiro/2007 e Dezembro/2007 é de R\$751,00;

(ii) valor do patrimônio líquido por ação: de acordo com o descrito no item 6.5, verifica-se que o valor do patrimônio líquido por lote de 1.000 ações, em 31/12/2007, é negativo e corresponde a (R\$45,087) e que o valor do patrimônio líquido por lote de 1.000 ações, em 31/03/2008, é negativo e corresponde a (R\$74,014);

5. RESULTADO DA OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE AÇÕES DECORRENTE DA ALIENAÇÃO DE CONTROLE ACIONÁRIO

5.1. No encerramento da OPA, 824 (oitocentas e vinte e quatro) ações ordinárias da Companhia foram adquiridas pela **LDI**, representando 1,1942% do capital social e 2,189859% das ações em circulação da Companhia.

5.2. A aquisição de 824 (oitocentas e vinte e quatro) ações pela **LDI**, mediante a realização da OPA, elevou o seu percentual total de participação no capital social da Companhia de 45,47% para 46,6642%.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não aplicável à Companhia

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não aplicável a Companhia

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	28/03/2014
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	(i) pela própria Companhia; (ii) pelo acionista ou grupo de acionistas, vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum, que detenha direta ou indiretamente, de fato ou de direito, o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades da Companhia; (iii) pelos os diretores e membros do conselho de administração da Companhia e/ou de suas Controladas, bem como membros de quaisquer órgãos da Companhia e/ou de suas Controladas com funções técnicas e/ou consultivas; (iv) pelos membros do Conselho Fiscal da Companhia (se houver); (v) pelos empregados e/ou colaboradores da Companhia, de Controladas e de coligadas da Companhia, bem como os estagiários destas; (vi) pelas pessoas que prestem serviços à Companhia, às Controladas e às coligadas da Companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, instituições do sistema de distribuição, assessores, advogados, contadores, que tenham acesso à informação privilegiada ; (vii) pelos terceiros com acess

Principais características e locais de consulta

Em 28 de março de 2014 a Conselho de Administração da Companhia aprovou a sua nova Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes, incluindo em seu bojo as regras para negociação de valores mobiliários. O texto integral da nova POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE E DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS pode ser conferido no site da Companhia: <http://www.grupoldi.com.br/relacao>.

O objetivo da Política de Negociação é estabelecer as regras que deverão ser observadas pelas Pessoas Vinculadas e pela Companhia, visando à negociação transparente e ordenada dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia e evitando o uso inadequado de Informação Relevante.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	<p>4.1. Antes da divulgação ao mercado de Ato ou Fato Relevante ocorrido nos negócios da Companhia, é vedada a negociação com valores mobiliários de sua emissão, ou a eles referenciados, pela própria Companhia, pelos Acionistas Controladores, diretos ou indiretos, administradores, membros do Conselho Fiscal ou por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, sua controladora, suas Controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao Ato ou Fato Relevante.</p> <p>4.2. A vedação à negociação determinada no item 4.1 acima também prevalecerá se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia.</p> <p>4.3. Tão logo a Companhia divulgue o fato relevante ao mercado, as vedações deixarão de vigorar, salvo se a negociação com as ações puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo dos acionistas da companhia ou dela própria.</p> <p>4.4. As vedações previstas não se aplicam às negociações realizadas pela própria Companhia, pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, de acordo com política de negociação aprovada da Companhia.</p> <p>5.1. Todos os Administradores devem enviar à Companhia, à CVM e, se for o caso, à bolsa de valores ou entidades do mercado de balcão organizado, as informações sobre a titularidade e as negociações realizadas com quaisquer espécie de valores mobiliários emitidos pela própria Companhia, suas Controladas ou suas controladoras, desde que sejam companhias abertas.</p> <p>5.1.1. Os Administradores deverão informar, também, todos os valores imobiliários emitidos pela Companhia de titularidade do cônjuge, companheiro, dependentes incluídos na declaração anual de imposto de renda e sociedades por eles controladas, direta ou indiretamente.</p> <p>5.1.4. É responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores transmitir todas as informações recebidas em conformidade com este item à CVM.</p>
--	--

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existe outras informações que o emissor julgue relevantes..

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1 Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.

Exceto pela Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, não há.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para disseminar informações sobre atos e fatos relevantes e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas e os locais onde a política pode ser consultada.

Em 28 de março de 2014 a Conselho de Administração da Companhia aprovou a sua nova Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes, sendo certo que está sujeito a ela bem como à regulamentação aplicável em vigor. O texto integral da nova Política pode ser conferido no site da Companhia: <http://www.grupoldi.com.br/relacao>.

A referida Política tem como objetivo estabelecer as diretrizes e os procedimentos a serem observados pela Companhia e pelas pessoas vinculadas, na divulgação e uso de ato ou fato relevante, na manutenção do sigilo de informações ainda não divulgadas, bem como na negociação com valores mobiliários, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”). A Política tem o intuito de divulgar aos órgãos competentes, investidores, analistas de mercado, imprensa financeira especializada e ao mercado em geral, informações completas e tempestivas sobre atos e fatos relevantes relacionados à Companhia, assegurando, assim, os mais elevados padrões de igualdade e transparência no uso de informações e divulgação de atos ou fatos relevantes a todos os interessados.

Divulgação de Informações Eventuais e Periódicas

A Lei do Mercado de Valores Mobiliários e a Instrução CVM 358 estabelecem que uma companhia aberta deve fornecer à CVM e à BOVESPA determinadas informações periódicas, que incluem as informações anuais, as informações trimestrais e os relatórios trimestrais da administração e dos auditores independentes. Essa lei prevê também a obrigação de arquivarmos na CVM acordos de acionistas e avisos de convocação de Assembleias Gerais, bem como as atas dessas assembleias.

Além dos requisitos de divulgação da legislação societária e da CVM, a Companhia deve apresentar demonstrações contábeis consolidadas após o término de cada trimestre (excetuado o último) e de cada exercício social, incluindo a demonstração de fluxo de caixa da Companhia e consolidado que deverá indicar, no mínimo, as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregados em fluxos operacionais, financiamentos e investimentos.

Quatro meses após o encerramento de cada exercício social, a Companhia deve, adicionalmente ao previsto na legislação vigente: (i) elaborar demonstrações contábeis e demonstrações consolidadas, conforme previsto nos padrões internacionais IFRS, em reais, que deverão ser divulgadas na íntegra, acompanhadas do relatório da administração, de notas explicativas, que informem inclusive o lucro líquido e o patrimônio líquido apurados ao final do exercício, segundo os princípios contábeis brasileiros e a proposta de destinação do resultado, e do parecer dos auditores independentes; ou (ii) divulgar a íntegra das demonstrações contábeis, relatório da administração e notas explicativas, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acompanhadas de nota explicativa adicional que demonstre a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo os critérios contábeis brasileiros e segundo os padrões IFRS, evidenciando as principais diferenças entre os critérios contábeis aplicados, e do parecer dos auditores independentes. Os auditores independentes pela Companhia contratados, além de serem registrados na CVM, devem possuir experiência comprovada no exame das demonstrações contábeis elaboradas de acordo com os padrões internacionais IFRS, conforme o caso, sendo que a Companhia deve responder pelo atendimento dessa formalidade.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Companhia deve enviar à BOVESPA e divulgar informações de todo e qualquer contrato celebrado entre a Companhia e suas controladas, coligadas, seus administradores, seus Acionistas Controladores, e, ainda, entre a Companhia e sociedades controladas e coligadas dos administradores e dos Acionistas Controladores, assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou direito, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano.

Divulgação de Informações Trimestrais e Informações Anuais

Em suas Informações Trimestrais – ITR, além das informações exigidas pela legislação aplicável, a Companhia deverá: (i) apresentar o balanço patrimonial consolidado, demonstração de resultado consolidado, e comentário de desempenho consolidado, caso a companhia esteja obrigada a apresentar demonstrações consolidadas ao fim do exercício social; (ii) informar a posição acionária de todo aquele que detiver mais de 5% (cinco por cento) das ações de cada espécie e classe do capital social da companhia, de forma direta ou indireta, até o nível da pessoa física; (iii) informar de forma consolidada a quantidade e características dos valores mobiliários de emissão da companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, os acionistas controladores, os administradores e os membros do Conselho Fiscal, se instalado; (iv) informar a evolução da participação dos acionistas controladores, dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado, em relação aos respectivos valores mobiliários, nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores; (v) incluir em notas explicativas a demonstração de fluxo de caixa da Companhia e Consolidado; (vi) informar a quantidade de ações em circulação e sua porcentagem em relação ao total de ações emitidas; e (vii) informar a existência e vinculação a cláusula compromissória de arbitragem.

As Informações Trimestrais – ITR deverão ser sempre acompanhadas de relatório de revisão especial emitido por auditor independente devidamente registrado na CVM, observando a metodologia especificada das normas editadas pela CVM.

Divulgação de Negociação por Acionistas Controladores, Membro do Conselho de Administração, Diretor ou Membro do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, ou de qualquer outro órgão técnico ou consultivo devem informar a Companhia, à CVM e à BOVESPA o número, tipo e a forma de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia, das sociedades controladas e das sociedades que detêm controle, que são detidos por eles ou por pessoas próximas a eles, bem como quaisquer alterações nas suas respectivas participações. As informações relativas à negociação de tais valores mobiliários (como, por exemplo, quantidade e característica dos valores mobiliários, preço e data da operação) devem ser fornecidas a nós dentro do prazo de 10 (dez) dias a contar do final do mês em que tais movimentações ocorreram.

Além disso, os Acionistas Controladores da Companhia devem divulgar as informações acima à BOVESPA, incluindo informação relativa a derivativos.

De acordo com a Instrução CVM 358, sempre que restar elevada ou reduzida em pelo menos 5% a participação em qualquer espécie de ação de nosso capital social, direta ou indiretamente, por qualquer acionista ou grupo de acionistas, tal acionista ou grupo de acionistas

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

deverá comunicar à BOVESPA e à CVM as seguintes informações: (i) nome e qualificação do adquirente das ações; (ii) objetivo da participação e quantidade visada; (iii) número de ações, bônus de subscrição, bem como de direitos de subscrição de ações e de opções de compra de ações, por espécie e classe, debêntures conversíveis em ações já detidas, direta ou indiretamente, pelo adquirente ou por pessoa a ele ligada; e (iv) indicação de qualquer acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Divulgação de Ato ou Fato Relevante

A Instrução CVM 358 dispõe sobre a divulgação e uso de informações sobre ato ou fato relevante relativo às companhias abertas, regulando o seguinte: (i) estabelece o conceito de fato relevante, estando incluído nesta definição qualquer decisão de acionistas controladores, deliberação de Assembléia Geral ou dos órgãos da administração de companhia aberta, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da companhia, que possa influir de modo ponderável na (a) cotação dos valores mobiliários; (b) decisão de investidores em comprar, vender ou manter tais valores mobiliários; e (c) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários emitidos pela companhia; (ii) dá exemplos de ato ou fato potencialmente relevante que incluem, entre outros, a assinatura de acordo ou contrato de transferência do controle acionário da companhia, ingresso ou saída de sócio que mantenha com a companhia contrato ou colaboração operacional, financeira, tecnológica ou administrativa, incorporação, fusão ou cisão envolvendo a companhia ou sociedades ligadas; (iii) obriga o diretor de relações com investidores, os acionistas controladores, diretores, membros do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas a comunicar qualquer fato relevante à CVM; (iv) requer a divulgação simultânea de fato relevante em todos os mercados onde a companhia tenha as suas ações listadas para negociação; (v) obriga o adquirente do controle acionário de companhia aberta a divulgar fato relevante, incluindo a sua intenção de cancelar o registro de companhia aberta no prazo de um ano da aquisição; (vi) estabelece regras relativas à divulgação de aquisição ou alienação de participação relevante em companhia aberta; e (vii) restringe o uso de informação privilegiada.

Nos termos da Instrução CVM 358, em circunstâncias excepcionais, podemos submeter à CVM um pedido de tratamento confidencial com relação a um ato ou fato relevante, quando nossos Acionistas Controladores ou nossos Administradores entenderem que a divulgação colocaria em risco interesse legítimo da nossa Companhia.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3 Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações.

O Diretor de Relações com Investidores é o principal responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da Política de Divulgação de informações. Também é responsável pela transmissão das informações à CVM e, se for o caso, às bolsas de valores ou às entidades do mercado de balcão organizado em que as ações da Companhia sejam admitidas à negociação, bem como por atualizar o formulário IAN (Informações Anuais da Companhia) e no Formulário de Referência.

Outrossim, as regras e diretrizes desta Política de Divulgação e Negociação deverão ser observadas pelas denominadas “Pessoas Vinculadas”, quais sejam:

- (i) pela própria Companhia;
- (ii) pelo acionista ou grupo de acionistas, vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum, que detenha direta ou indiretamente, de fato ou de direito, o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades da Companhia;
- (iii) pelos os diretores e membros do conselho de administração da Companhia e/ou de suas Controladas, bem como membros de quaisquer órgãos da Companhia e/ou de suas Controladas com funções técnicas e/ou consultivas;
- (iv) pelos membros do Conselho Fiscal da Companhia (se houver);
- (v) pelos empregados e/ou colaboradores da Companhia, de Controladas e de coligadas da Companhia, bem como os estagiários destas;
- (vi) pelas pessoas que prestem serviços à Companhia, às Controladas e às coligadas da Companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, instituições do sistema de distribuição, assessores, advogados, contadores, que tenham acesso à informação privilegiada ;
- (vii) pelos terceiros com acesso à ato ou fato relevante;
- (viii) pelas as sociedades nas quais a Companhia detém o Poder de Controle; e
- (ix) pelos membros de comitês da Companhia, sejam eles estatutários ou não.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item.